



CNIS ENVIA CARTA AO GOVERNO SOBRE VAGAS PARA O PRÉ-ESCOLAR

As IPSS têm disponibilidade mas não é aproveitada



RNCCI

Cristina Caetano apresenta novo projeto-piloto ao domicílio



UDIPSS PORTO

Um encontro para esclarecimentos sobre o PRR



PEDRO DOMINGUINHOS SOBRE O PRR

ESTUDO DO ISCTE

Pessoas com deficiência discriminadas em todas as áreas

Os objetivos iniciais eram muito ambiciosos

iD

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

NORDHigiene
Produtos de higiene e limpeza

Aprovado por dermatologistas

Eugénio Fonseca



As IPSS têm que ser espaços de inclusão

A identidade das nossas Instituições de Solidariedade Social fica posta em causa se, por qualquer razão, fizerem aceção de pessoas. A matriz solidária obriga sempre que se tiver de fazer uma opção, a escolha seja a favor dos mais desfavorecidos da sociedade. Sei, e lamento, que o Estado não acompanhe esta diferenciação, participando com maiores valores os que têm menos participações familiares ou, como acontece muitas vezes, não terem nenhuma. Compreendo os dirigentes que, verdadeiramente, querem colocar, acima de tudo, a proteção dos mais desfavorecidos, mas ao levar à prática esta prioridade põem em risco a sustentabilidade financeira das suas instituições.

Este é o mote para voltar, como prometi, ao tema que abordei na última edição deste jornal e que tanta tinta tem feito correr e verbalizar opiniões. Não se trata de um assunto consensual para os portugueses nem para os políticos ativos. Recordo a minha opinião: Não defendo uma imigração desregulada, mas que se estabeleça um acordo entre os países da União Europeia para que os fluxos migratórios se possam distribuir com equidade. Que os imigrantes sejam devidamente identificados e assegurados os seus meios de subsistência e lhes seja garantido, sempre que desejado, o direito ao reagrupamento familiar, de imediato ou quando o imigrante considerar necessário. A negação deste reagrupamento é uma desumanidade. Todavia, não tenhamos ilusões quanto à continuação da existência de imigrantes indocumentados. Como os regulares, estes fogem da guerra e de condições de vida indignas. Na procura de outras paragens que lhes assegurem mais segurança e melhor subsistência, inconscientemente, caem na alçada de redes de tráfico humano, que os deixam ao “Deus dará” num país qualquer.

Quanto aos imigrantes regularizados como aos indocumentados as nossas IPSS têm uma missão a realizar, envolvendo outras Organizações estatais e/ou particulares. Há já as que têm experiência nesta área e poderiam servir, como referência de boas práticas, para outras suas congéneres. Bastaria que colocassem no site da instituição os procedimentos que tiveram para humanizar a vida de imigrantes indocumentados e vítimas de exploração laboral. O caso que conheço e foi alvo de reportagem dos media é o da Cáritas Diocesana de Beja.

As IPSS, sobretudo nos meios mais urbanizados, têm maiores possibilidades de se aperceber das situações indignas em que vivem os imigrantes, porque estão mais próximas das situações que as rodeiam. Sem querer coartar as

boas práticas que já existem, e que deveriam ser partilhadas, nem dar soluções dogmáticas, pois as realidades sociais, culturais e económicas, são muito distintas, aceitem o meu contributo, como meras propostas, que passo a enunciar:

1.º Quando se conhecerem casos de exploração de mão-de-obra, condições indignas de habitabilidade, indícios de tráfico humano, levar o problema ao Conselho Local de Freguesia (CLF) e/ou à Rede Social (RS) para se encontrar a melhor forma de denunciar os inumanos exploradores, assegurando o não repatriamento dos indefesos imigrantes que apenas procuraram melhores condições de subsistência. Se não houver CLF ou RS que a instituição tenha a coragem de apresentar a situação às autoridades competentes;

2.º Mesmo que haja a barreira do idioma, nunca recusar o acolhimento ao imigrante na prestação de serviços na instituição ou no domicílio. Parafraçando o Papa

Francisco, algumas vezes as IPSS podem ter que ser como «um hospital de campanha, depois de uma batalha, como é inútil perguntar a um ferido pelo nível de colesterol ou de açúcar! É preciso tratar-lhe das feridas. Do resto falamos mais tarde...» ;

3.º O imigrante não traz consigo só “feridas”. Também chega com os seus saberes culturais, etnográficos e gastronómicos. que serão, decerto, uma riqueza para os autóctones e possibilidade objetiva de integração.

Permitam-me os responsáveis por este jornal a ousadia de propor que procurem descobrir boas práticas que já estão a acontecer em algumas IPSS e façam a reportagem para que outras se entusiasmem e será dado, assim, um contributo para a humanização do nosso país.

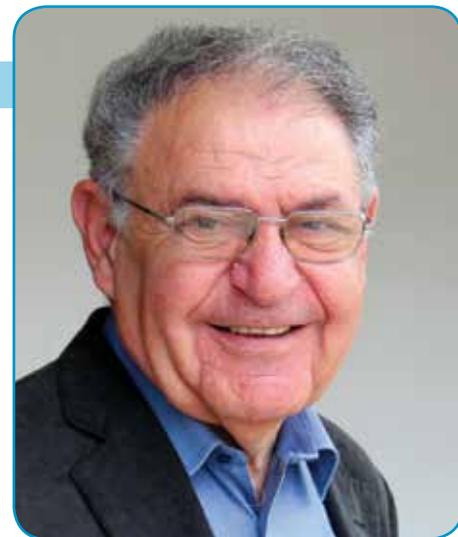
Serei utópico? Creio que não.

DR



EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



Dignidade da pessoa e solidariedade

O princípio da dignidade da pessoa humana é central na Doutrina Social da Igreja. Também na Social Democracia. Nesta (DSI), o princípio da dignidade deriva da convicção de que cada ser humano é criado à imagem e semelhança de Deus, possuindo um valor intrínseco e inalienável. Este princípio fundamenta todos os outros princípios na DSI e exige que a sociedade, incluindo as instituições políticas e económicas, seja organizada de forma a defender a vida desde a concepção até à morte natural e a promover o desenvolvimento pleno de cada pessoa, a sua qualidade de vida e o seu bem-estar.

A dignidade da pessoa humana não é algo que se conquista ou se perde, mas uma condição inerente a todos os seres humanos, independentemente das suas capacidades ou incapacidades, da sua origem, da sua condição social, económica, cultural ou religiosa. Isso implica que cada pessoa e todas as pessoas são credoras de respeito, justiça e igualdade de oportunidades e que a sociedade tem o dever de criar condições para que cada indivíduo possa viver de acordo com a sua inalienável dignidade e desenvolver todas as suas potencialidades, compensado nas suas eventuais deficiências.

Através de documentos, como a Encíclica Rerum Novarum e outros, a DSI aborda a dignidade humana em relação a questões como economia, justiça social, meio ambiente, política e trabalho. Como a sua missão e obrigação, a Igreja busca conscientizar sobre a necessidade de proteger a dignidade humana, para que sejam promovidas políticas e ações que garantam o acesso a condições dignas de vida (como habitação, por exemplo), à educação, à participação social e à saúde, objetivos que também são assumidos na social democracia.

O respeito pela dignidade da pessoa humana é sempre um importante pilar das sociedades modernas. Trata-se de garantir ao indivíduo que suas necessidades vitais e básicas sejam respeitadas, mesmo que não esteja num patamar de igualdade de direitos com os outros membros da sociedade.

Em resumo, a dignidade da pessoa humana, segundo a DSI, como, aliás, na social democracia, é a base para a construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária, onde cada indivíduo se sinta construtor do próprio futuro e do futuro coletivo e possa viver com plenitude e participar ativamente na vida social, com seus direitos e deveres respeitados e promovidos. São respeito pela dignidade de cada pessoa e de todas as pessoas, nomeadamente, o acolhimento e integração, as condições de vida

digna, a defesa da família, da maternidade e da paternidade, a conciliação da vida familiar e profissional e do reagrupamento familiar, os direitos humanos, laborais e sociais, a educação, a justiça salarial, a proteção social, a saúde e o reconhecimento de que há atividades que provocam um mais acelerado e precoce desgaste e como tal devem ser consideradas. Também o diálogo intergeracional.

Entretanto, sem a solidariedade a dignidade humana não passa de letra morta largada nas estradas turbulentas da vida. A solidariedade é “a mão da nossa alma alimentando a necessidade alheia. Ela é o bálsamo que minora as nossas dores coletivas e individuais, pois enobrece o espírito dos doadores e aquece os corações daqueles que a recebem”. A solidariedade é a pedra angular que mantém de pé a dignidade da pessoa humana. A solidariedade é o caminho para que se reduzam as profundas desigualdades sociais e se construa uma sociedade mais coesa, mais equitativa, mais fraterna, mais justa, mais livre e mais progressiva. Numa palavra: mais humana...

A solidariedade e a dignidade da pessoa

humana são conceitos interligados e fundamentais. Como um sentimento de união e de responsabilidade mútua na construção do bem comum, a solidariedade manifesta-se através de ações que visam o compromisso e o bem-estar do próximo, enquanto a dignidade humana reconhece o valor intrínseco de cada indivíduo, exigindo respeito e proteção dos seus direitos. Ambos os conceitos se complementam, pois a solidariedade torna-se um meio de concretizar a dignidade humana, garantindo que todos tenham acesso a condições dignas de vida e de desenvolvimento pessoal.

Expressões avançadas da solidariedade em defesa da dignidade de cada pessoa e de todas as pessoas são todas aquelas organizações, como as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que brotam do seio das comunidades e são sustentadas por cidadania, solidariedade ou vivência religiosa, com ação social em favor das crianças, dos jovens, das pessoas com deficiências e dos idosos...

DR



Paula Pimentel
Presidente da Direção
da UIPSSDB



No interior do país, o calor aperta

Ano após ano, no nordeste transmontano, somos visitados por duradouras ondas de calor. Costuma ouvir-se, entre os mais velhos que, “o que tira o frio, tira o calor”. Mas, na realidade, o verão de temperaturas extremas tem vindo a tornar-se uma constante e as nossas casas, as nossas instituições ainda não se encontram adaptadas a este fenómeno que, cada vez mais, se faz sentir de forma mais acentuada. A desertificação e a escassez de recursos são realidade há décadas. As pessoas com mais idade, muitas vezes a viver sozinhas e com mobilidade reduzida, tornam-se alvos silenciosos deste fenómeno.

As ondas de calor afetam também os utentes das respostas sociais que as nossas instituições desenvolvem, sobretudo as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas. O receio de desidratação e o conseqüente agravamento de doenças crônicas, os riscos cardiovasculares e os episódios de exaustão térmica multiplicam-se. Tal situação leva, obrigatoriamente, a que se encontrem soluções algo milagrosas, para se evitar as “corridas” para as unidades de saúde locais, sendo que, algumas destas unidades distam da residência, centenas de quilómetros. A ingestão de líquidos nos mais velhos, é sempre um desafio para as equipas de profissionais uma vez que, o processo de envelhecimento traz consigo a diminuição da perceção de sede bem como a capacidade de o organismo manter o equilíbrio eletrolítico. Assim, é fundamental encontrar estratégias adaptadas a cada realidade: desde o aumento do consumo de gelatinas sem açúcar, águas aromatizadas, sumos naturais, entre outras bebidas mais apelativas aos sentidos e que de certa forma “quebrem” a resistência dos mais velhos à ingestão de líquidos. Não é fácil combater a resistência e a biologia da perda de sensação

de sede, consequência do envelhecimento.

No que respeita às estruturas físicas, muito há a (re)fazer, alterar e melhorar, pois, muitos destes espaços, no interior, não estão preparados: estrutura física dos edifícios, falta de ventilação automática, sistemas de ar condicionado, ausência de pessoal com formação adequada para lidar com episódios de stress térmico.

Os planos de contingência e as orientações enviados às nossas instituições pelas entidades competentes, nesta altura do ano, são alertas e formas de sensibilizar para o problema ou de fornecer orientações para a ação. Mas a questão é estrutural e exige respostas adequadas e a implementação de medidas eficazes, a médio e longo prazo.

Os dirigentes e gestores sociais vêem-se confrontados com orçamentos limitados e que não dão espaço de manobra para melhor apetrechar as estruturas físicas. As medidas ou possibilidades de candidatura que vão surgindo são extremamente exigentes em termos burocráticos e desfasadas da realidade. Logo, não são soluções para o nosso setor, para a nossa realidade não conseguindo, assim dar resposta às nossas dificuldades.

Apesar da muita insistência de quem tem responsabilidades na matéria e nas instituições, as respostas estruturais são quase que invisíveis. É urgente repensar medidas eficazes de prevenção, reforço das equipas de apoio domiciliário e planos de contingência específicos para os lares e para respostas de apoio a pessoas vulneráveis. Precisamos de mais apoio do Governo para melhorar o conforto e a segurança dos nossos utentes, em períodos de calor extremo pois trata-se, para além de uma necessidade urgente, de

uma questão de saúde pública e também de humanidade.

As desigualdades territoriais têm, igualmente que ser tratadas com outra atenção. Mesmo os utentes de Centro de Dia, muitas vezes são transportados em viaturas com condições pouco adequadas pela dificuldade de investir em novas frotas automóveis e, conseqüentemente, em novas comodidades, em determinados casos havendo a necessidade de percorrer distâncias longas.

Temos total consciência que nós, responsáveis pelo bom funcionamento das instituições sociais fazemos, certamente, o melhor atendendo aos recursos disponíveis, mas gostaríamos muito que o Estado e os municípios pudessem atuar em coordenação para reforçar as estruturas existentes, melhorar edifícios, financiar sistemas de climatização e conforto térmico.

Não podemos aceitar que o calor continue a ser desculpa para tragédias. Que o verão traga sempre os mesmos alertas, as mesmas promessas e os mesmos esquecimentos.

É hora de agir. Não no próximo verão, mas agora!

Não só do verão vive o homem e, nós, por cá, temos “nove meses de inverno e três de inferno”. Desejamos que esse “inferno” curto, mas potencialmente nocivo para os mais vulneráveis, seja olhado com especial atenção e se torne numa época de encontro, partilha, festa e sobretudo, saúde!

Em abono da verdade

O jornal Solidariedade recebeu uma carta das Fraternidades de Nossa Senhora, assinada por Maria de Fátima, relativa ao artigo publicado na edição de abril de 2025, sob o título “Novo Lar Residencial responde apenas a parte da necessidade da instituição”, alegando necessidade de correção de “algumas afirmações ali proferidas que não correspondem à verdade histórica da Obra de Nossa Senhora das Candeias.”

Tais declarações foram assumidas pela

diretora da instituição que terá incorrido em inexatidões “sobre as origens e o percurso da mesma, especialmente quando ainda existem Senhoras vivas que podem testemunhar de forma fidedigna a realidade da fundação, da missão e da evolução da Obra.”

Em particular, a afirmação da diretora ao referir-se às Senhoras como “leigas consagradas, o que tenho sérias dúvidas que sejam”, causou estranheza e perplexidade, tanto mais que o estatuto era facilmente confirmável.

De resto, o vasto património da Obra foi “construído com grande sacrifício, generosidade e dedicação pelas Senhoras, pelas suas famílias, por benfeitores e amigos que acreditaram na missão de acolhimento e solidariedade da Obra. Trata-se de uma história feita de entrega, de superação de dificuldades, de trabalho silencioso, mas eficaz, e de uma alegria profunda em servir. Reduzi-la ou deturpá-la com insinuações gratuitas é, no mínimo, injusto e desrespeitoso.”

CNIS E O AVISO SOBRE CRIAÇÃO DE NOVAS SALAS DE PRÉ-ESCOLAR

As IPSS já têm capacidade instalada que está apenas desaproveitada

Perante o Aviso de abertura de candidaturas para a atribuição de apoio financeiro para aumento da oferta de resposta da Educação Pré-Escolar, ao abrigo da Portaria n.º 185-B/2025/1, de 14 de abril, que abrange exclusivamente a criação de novas salas pelas instituições localizadas nas freguesias identificadas no referido Aviso, a Direção da CNIS enviou uma missiva às suas associadas relativamente ao seu posicionamento e diligências efetuadas.

Antes, porém, a Confederação fez chegar a mesma aos ministros da Educação, Ciência e Inovação, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, bem como à secretária de Estado da Ação Social e Inclusão e ainda ao vice-presidente do Instituto da Segurança Social.

Fica aqui na íntegra a informação dirigida às IPSS associadas da CNIS, assinada pelo presidente padre Lino Maia:

“Exmo(a). Senhor(a) Presidente da Direção,

Na sequência da divulgação às Associadas da publicação do aviso de abertura de candidaturas para a atribuição de apoio financeiro para aumento da oferta de resposta da EPE - Educação Pré-Escolar ao abrigo da Portaria n.º 185-B/2025/1, de 14 de abril, que abrange exclusivamente a criação de novas salas pelas instituições localizadas nas freguesias identificadas no referido aviso, a Direção da CNIS informa as suas associadas relativamente ao seu posicionamento e diligências efetuadas.

Há anos que a CNIS interpela o MECI – Ministério da Educação, Ciência e Inovação e o MTSSS – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social pela urgência de alargamento da cooperação em estabelecimentos de EPE com capacidade já reconhecida (que pode estar ou não ocupada), bem como em estabelecimentos com necessidades e interesse em abrir novas salas.

Acompanhando as preocupações do Governo de garantir a existência de vagas na EPE para as crianças com idade de frequência desta resposta socioeducativa, nomeadamente assegurando uma continuidade de resposta após a saída Creche, a CNIS alertou, atempadamente, para a importância de travar o desinvestimento nesta resposta, que levou ao encerramento de muitas salas pelo país. Com o objetivo de contribuir, ativamente, para a construção de soluções, esta Confederação manifestou por diversas vezes, junto das entidades públicas responsáveis, a necessidade de ser realizado um trabalho prévio, conjunto e de articulação com o SSS - Setor Social e Solidário tendo em vista o planeamento e expansão da RNEPE - Rede Nacional da Educação Pré-Escolar.

Desde o início da implementação da medida da Gratuitidade das Creches, resultou claro para esta Confederação que a curto prazo a RNEPE seria confrontada com uma enorme pressão, e para a qual não teria resposta. O aumento da procura de Creche ia traduzir-se



num aumento da procura da EPE (seja da Rede Pública, Solidária ou Privada), em particular a partir de setembro de 2024 com a aplicação da gratuitidade das Creches a todas as crianças. A pressão sobre a RNEPE e a necessidade do seu alargamento não se ficarão por 2024 e 2025 tendo em conta o alargamento da rede de Creches que se encontra em curso, nomeadamente no âmbito dos incentivos criados à construção, remodelação e ampliação de equipamentos, que contribuirá para uma ainda maior frequência desta resposta e, consequentemente de EPE.

O planeamento e expansão da RNEPE, a necessidade de verificação da existência de capacidade instalada na Rede Solidária ou da possibilidade de alargamento antes da criação de novas salas na Rede Pública, bem como a necessidade de celebração/alargamento de acordos de cooperação a capacidade já existente são matérias sucessivamente inscritas nos Compromissos de Cooperação para o Setor Social e Solidário e expostas nos diferentes fóruns de participação da CNIS junto dos diferentes Governos, sempre sem sucesso.

Após a publicação da Portaria n.º 185-B/2025/1, de 14 de abril, e para a qual a CNIS não foi previamente auscultada, esta Confederação identificou de imediato ao MECI, ao MTSSS, à SEASI - Secretária de Estado da Ação Social e Inclusão e ao ISS, I.P. - Instituto da Segurança Social, que a mesma não responderia às necessidades das famílias nem aos objetivos elencados pelo Governo. Esta matéria foi igualmente discutida e reportada na última reunião da CPSSS – Comissão Permanente do Setor Social e Solidário realizada no passado dia 16 de julho.

A CNIS fez saber, em vários momentos às entidades públicas responsáveis, que a Rede Solidária tem, como estes devem saber, capacidade instalada quer por via de vagas em salas cujo acordo de cooperação não abrange a totalidade do n.º de vagas/crianças por sala, quer em salas não abrangidas por acordo de cooperação que, não tendo participação do Estado não são ocupadas porque as Famílias não têm capacidade para ocupar/pagar essa vaga ou porque as Instituições encerraram essas salas devido aos elevados prejuízos, que comprometiam a sua sustentabilidade e sobrevivência. Acrescem

ainda as situações de Instituições com salas de EPE em funcionamento sem acordo de cooperação que acumulam défices financeiros. A Rede Solidária é convidada a abrir salas novas, mas não é parceira para aumentar o n.º de vagas nos acordos de cooperação, como esperam há anos, várias Instituições, às quais não tem sido permitido alargar ou celebrar acordos de cooperação de Pré-Escolar.

As limitações identificadas pela CNIS aos termos da referida Portaria confirmaram-se e agravaram-se com a publicação do respetivo aviso de abertura de candidaturas, no passado dia 29 de julho, ao limitar a candidatura a Instituições localizadas nas freguesias aí identificadas, não considerando freguesias limítrofes. A CNIS tem conhecimento de Instituições localizadas nas freguesias constantes do aviso que não vão apresentar candidatura e da existência de Instituições em freguesias limítrofes com capacidade, procura e vontade de abrir novas salas de EPE e que estão impossibilitadas de se candidatar e, desta forma, responder às necessidades das famílias e os objetivos do Governo.

A CNIS demonstrou ainda o seu descontentamento e lamento na preferência dada à Rede Privada da EPE que teve uma manifestação de interesse e candidatura, com prazo prorrogado, prévia à da Rede Solidária e que permitiu não só a criação de novas salas, mas também a abrangência de lugares em salas existentes. Regista-se ainda que a abertura de candidaturas para a Rede Solidária ocorre após a publicação das listagens das candidaturas aprovadas para a Rede Privada, com prazo curto, em pleno período de férias e para implementação a partir do início do próximo ano letivo – 1 de setembro de 2025 – o que não dignifica a importância que este assunto merece nem reconhece o papel de parceiro do Setor Social e Solidário.

Estas preocupações e alertas foram igualmente partilhados, em dois momentos, no Jornal Público que solicitou declarações da CNIS sobre este tema. Esta Confederação dá ainda conhecimento de que esta comunicação, que será difundida pelos órgãos de comunicação social, foi previamente enviada aos Senhores Ministros da Educação, Ciência e Inovação, Trabalho Solidariedade e Segurança Social, bem como à Senhora Secretária de Estado da Ação Social e Inclusão e ao Senhor Vice-Presidente do Instituto da Segurança Social.

A CNIS sempre manifestou a sua disponibilidade para o Setor Social e Solidário ser um parceiro no encontro de soluções para a resposta às necessidades da educação de infância, onde se inclui a Creche e a Educação Pré-Escolar, no sentido de ser assegurado um adequado planeamento do alargamento da capacidade instalada nestas respostas sociais. É e será sempre este o espírito que norteia a nossa relação enquanto parceiro do Estado”.

CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE RIBA DE AVE, V.N. FAMALICÃO

Projeto aprovado para uma ERPI foi prenda pelo 30º aniversário

Em celebração do 30º aniversário do Centro Social e Cultural de Riba de Ave, no passado dia 19 de julho, a boa-nova, finalmente, chegou: o lançamento do projeto de construção de uma ERPI junto ao rio Ave, uma ambição antiga e que, agora, foi oficialmente anunciada.

“Foi um desafio constante, mas, olhando para trás, fariamos tudo de novo. O lar é agora o nosso grande objetivo e a energia do dia a dia está toda focada nesse sonho”, começou por dizer José Brandão, presidente do Centro Social e Cultural de Riba de Ave, após uma espécie de retrospectiva sobre o caminho iniciado pela instituição em 1987, com a mobilização de habitantes da freguesia.

Sublinhando o atraso de décadas na construção de uma resposta residencial para idosos, José Brandão garantiu: “Como diz o povo, não há duas sem três e será desta que vamos ter o lar de idosos”.

E esta necessidade, o presidente da instituição sabe que é premente porque ainda há muita gente sem qualquer apoio. E exemplificou: “Tive a oportunidade de uma vez acompanhar uma colaboradora no Serviço de Apoio Domiciliário e cheguei à conclusão que, se não fosse este serviço, havia gente com carências várias”.

O equipamento aprovado pela Segurança Social e que já conta com o apoio da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, terá 18

quartos duplos, nove quartos individuais, um Centro de Dia com capacidade para 20 utentes e um Serviço de Apoio Domiciliário para até 60 utentes.

O projeto da Estrutura Residencial Para Idosos está em fase de candidatura, aguardando a abertura da próxima janela de financiamento.

A instituição de Riba de Ave mostra-se preparada para avançar, e espera contara com o apoio de todos.

Atualmente, o Centro Social dinamiza as respostas sociais de Creche, com 69 bebés, Pré-escolar, com 89 crianças, CATL, com 38 jovens, SAD, com 53 beneficiários, e Centro de Dia, com nove utentes.

ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE SOUSELO, CINFÃES

Projeto-piloto «24 horas consigo» presta apoio domiciliário em horário noturno

A Associação de Solidariedade Social de Souselo e a Associação para o Desenvolvimento do Alto Concelho de Cinfães (ADACC) são as duas IPSS de Cinfães, que prestam apoio domiciliário em horário noturno, a integrar o projeto-piloto «24 horas consigo».

“O projeto é inovador, pioneiro, e vai ao encontro dos mais vulneráveis. Temos uma população muito envelhecida e, alguns, numa situação bastante vulnerável, não têm qualquer apoio, nem da família, no período noturno”, afirmou Serafim Rodrigues, presidente

da Câmara Municipal de Cinfães, na apresentação do projeto-piloto.

O projeto arrancou no dia 1 de julho com duas equipas das referidas IPSS.

Cada equipa é formada por quatro elementos, essencialmente assistentes técnicos, aos quais se poderá juntar um enfermeiro.

Em alguns casos, a equipa faz a higiene pessoal, troca de fralda, ajuda na mobilização e até no posicionamento das pessoas para passarem a noite, ao que acresce uma vigilância geral do estado de saúde do utente.

“Há um apoio grande na toma da medicação, porque há pessoas que se perdem um bocadinho e, se tiverem de tomar medicamentos às 3h00 ou 4h00, as equipas prestam esse apoio a essa hora”, referiu o edil, sublinhando que o horário do projeto é entre as 21h00 e as 6h00.

Os utentes estão já referenciados pelas IPSS que já prestam serviço domiciliário em período diurno.

A intenção do município é de conseguir alargar o projeto, criando mais equipas e chegar a outras zonas de Cinfães.

APCC – ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIMBRA

Caminhada “épica” pelos trilhos da Serra da Lousã

Um grupo de utentes da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC), que frequentam as atividades do Departamento de Educação Física e Desporto da APCC, realizaram uma caminhada pelos trilhos da Serra da Lousã, que os responsáveis da instituição consideraram “épica”.

Começou no Castelo de Arouce, passou pela Central Hidroelétrica da Ermida, parou no Talasnal, para permitir apreciar a deslumbrante paisagem, seguiu para outra belíssima Aldeia do Xisto o Casal Novo, passou junto ao Santuário de Nossa Senhora da Piedade e ainda pela praia com o mesmo nome.

Por outro lado, a APCC celebra este ano meio século de vida e, para assinalar o percurso percorrido até agora, está a convidar a comunidade para continuar a caminhar ao seu lado!



Assim, no próximo dia 14 de setembro, a partir das 10H00, vai realizar-se, na Mata Nacional do Choupal, a Caminhada Solidária 50 Anos.

Com um percurso circular, acessível e com cerca de seis quilómetros, esta será uma manhã

para celebrar a inclusão e a partilha, ao ritmo de cada um. Será também uma oportunidade para juntar utentes, famílias, profissionais, amigos e comunidade em geral.

As inscrições estão abertas e cada uma tem o custo de 10 euros, podendo ser feita na Secretaria Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral (dias úteis, entre as 10H00-12H30 e as 14H00-16H30) ou através de formulário online (com pagamento por transferência bancária), disponível em bit.ly/Caminhada50Anos.

A inscrição dá direito a um kit de participação (uma t-shirt, uma garrafa de água e uma peça de fruta) que será entregue no local e dia do evento.

A Caminhada Solidária 50 Anos faz parte das comemorações dos 50 Anos da APCC, que se realizam ao longo de todo o ano de 2025.

ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE S. PEDRO, VALPAÇOS

Novo Centro de Relevância Alzheimer e Parkinson Portugal já está em funcionamento

O último dia de julho fica na história da Associação de Solidariedade Social São Pedro, sediada em Sanfins, concelho de Valpaços, pela inauguração do Centro de Relevância Alzheimer e Parkinson Portugal (CRAPP), uma resposta pioneira e única do país.

O novo Centro propõe uma resposta inovadora e humanizada às necessidades de pessoas com doenças neurodegenerativas, nomeadamente Alzheimer, Parkinson e outras demências.

Concebido para garantir não apenas apoio especializado, mas também qualidade de vida, autonomia e dignidade aos seus utentes, o CRAPP distingue-se por integrar exclusivamente terapias não farmacológicas, num modelo de intervenção que alia ciência, inovação e humanismo.

A nova resposta tem uma outra particularidade que a torna única, pois nasce da recuperação de um conjunto de casas degradadas, constituindo, ele próprio, uma ‘aldeia’, para acolher até 58 doentes que precisam uma resposta diferenciada na área das doenças neurodegenerativas, tendo criado cerca de 70 postos de trabalho qualificados.

Os doentes contarão com o apoio de uma equipa multidisciplinar, que inclui terapeutas, assistentes sociais, psicólogos e animadores, havendo ainda terapia com animais (cavalos, burros, cães, peixes e pássaros) e uma sala ‘snoezelen’, musicoterapia, um jardim sensorial, fisioterapia, ginásio e jacuzzi.

A nova ‘aldeia’ tem um outro elemento que se destaca, que é o denominado Mini Centro



Comercial, que recria um ambiente familiar com lojas, cabeleireiro, quiosque e restaurante, fomentando a interação social e mantendo vivas rotinas do quotidiano.

Para os responsáveis da Associação de Solidariedade Social São Pedro, o CRAPP “representa o culminar de um compromisso profundo com a inclusão e o cuidado integral, materializado num espaço que será, simultaneamente, um refúgio, um espaço de estímulo e uma referência nacional.

O novo Centro representa um investimento de cerca de três milhões de euros, financiado pelo PARES 3.0 e que conta ainda com o apoio da Câmara Municipal de Valpaços, sendo que a instituição teve que contrair um empréstimo bancário.

A inspiração para este equipamento social veio de projetos semelhantes dos Países Baixos

e dos Estados Unidos da América, mais concretamente, da Califórnia.

O CRAPP entra em funcionamento ao longo deste mês de agosto.

A Associação de Solidariedade Social São Pedro dispõe de duas Estruturas Residenciais Para Idosos (ERPI), em Sanfins e em Santa Maria de Émeres, um Serviço de Apoio Domiciliário, com 30 utentes de várias freguesias de Valpaços e protocolou com a Segurança Social a distribuição de alimentos às pessoas mais carenciadas dos concelhos de Valpaços e de Vila Pouca de Aguiar.

A cerimónia de inauguração contou, entre diversas personalidades locais, com a presença governamental do primeiro-ministro Luís Montenegro e da ministra da Saúde Ana Paula Martins. O presidente da instituição Leonardo Baptista foi o anfitrião.

ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS SETUBALENSE, SETÚBAL

Sessão solene para celebrar 137 anos de dedicação e apoio social

A Associação de Socorros Mútuos Setubalense (ASMS) assinalou o seu 137º aniversário com uma sessão solene, que contou com a presença de diversas personalidades convidadas, utentes, colaboradores e dirigentes da instituição.

Para Fernando Paulino, presidente da instituição associada da CNIS, “todo o caminho do mutualismo foi alicerçado em princípios basilares da liberdade, da democracia, da independência e da solidariedade”, tendo desempenhado um papel determinante como “fator de coesão social da mais elevada importância”.

Assumindo a “responsabilidade social, sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida” dos associados e utentes, a instituição, segundo o seu presidente, reconhece “o papel importante na sociedade setubalense”, lembrando que o trabalho da instituição “faz parte de um todo fundamental para o apoio social” no

concelho de Setúbal.

Atualmente com cerca de 2.500 associados, a ASMS presta serviços na área social, com um Centro de Dia (40 utentes) e um SAD (45 utentes), e na área da saúde, com cerca de 3.000 utentes atendidos anualmente nas consultas de várias especialidades e de medicina física e de reabilitação e ainda mais de 15 mil em atos de fisioterapia praticados.

“Deixo um apelo para que a autarquia atenda, dentro das suas capacidades, àquelas que são as necessidades da associação. Precisamos de crescer, alargar e melhorar os nossos serviços, sem os constrangimentos existentes. Sentimos que a nossa vontade de crescer e fazer é maior do que nosso espaço físico”, afirmou Fernando Paulino, dirigindo-se ao edil André Martins, presente na sessão, garantindo ainda que a Setubalense pretende “manter a ligação umbilical à zona histórica e à baixa da cidade”,

mas a instituição “tem necessidade de alargar os seus horizontes”.

Por seu turno, o presidente da Câmara, que considerou a ASMS “um farol de humanidade, competência e compromisso com o bem comum”, sublinhou que a instituição se manteve “fiel ao espírito solidário e mutualista que esteve na sua origem” e hoje “continua a ser um pilar essencial do apoio aos seus associados”.

Entre os convidados, destaque para as presenças de D. Américo Aguiar, Bispo de Setúbal, Luísa Malhó, da Segurança Social, Luís Alberto Silva, presidente da União das Mutualidades e Elísio Alves, presidente da União das Freguesias, para além do presidente da autarquia e de todo o Conselho Administração da mutualidade.

A sessão serviu para fazer homenagens póstumas e entregar distinções a sócios e a uma colaboradora com 25 anos de casa, bem como diplomas de reconhecimento.

PEDRO DOMINGUINHOS OUVIU E ESCLARECEU IPSS DO PORTO ACERCA DO PRR

Queremos garantir a execução de todos os projetos a bem das populações

A convite da UDIPSS Porto, Pedro Dominginhos, presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), esteve dois dias (14 e 15 de julho) na cidade Invicta para contactos com as instituições do distrito e visitas a obras financiadas pela 'bazuca' europeia.

E se no segundo dia a temática foram os Cuidados Continuados, com uma presença mais significativas de Misericórdias do distrito, no primeiro, mais concorrido, foram abordados os investimentos em outras respostas sociais, como creches, ERPI, etc..

Como referiu Maria José Miranda, presidente da União Distrital do Porto, na abertura do encontro, “são dois dias para o doutor Pedro Dominginhos reunir com as instituições para que estas possam colocar os seus problemas e dificuldades na execução dos projetos no âmbito do PRR”, sublinhando: “A nossa intenção é criar uma grande rede para discutir estas questões do PRR”.

Ao longo dos dois dias, foram muitas as dificuldades e constrangimentos relatados pelas IPSS presentes, mas, como Pedro Dominginhos afirmou ao SOLIDARIEDADE, “nenhuma das situações relatadas foi surpresa”, pois são questões há muito do conhecimento do presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento.

A não ser algo que algumas Uniões Distritais denunciaram no último Conselho Geral da CNIS, do passado dia 7 de julho, e reforçada no encontro pela UDIPSS Porto, ou seja, a exigência de alguns centros distritais da Segurança Social para que as IPSS apresentem as viaturas elétricas adquiridas no âmbito do PRR nos centros distritais para que estes confirmem a sua aquisição.

Perante a surpresa, o presidente da Comissão de Acompanhamento do PRR entrou de imediato em contacto com um dos responsáveis do



Instituto da Segurança Social (ISS) que lhe garantiu que “esta prática vai acabar”.

Para Pedro Dominginhos, “não faz sentido, porque as viaturas são necessárias para apoiar os utentes”, sublinhando: “E se há instituições que estão perto do Centro Distrital, outras há que estão a centenas de quilómetros”.

Dos diversos constrangimentos colocados, Pedro Dominginhos referiu que “há questões que deviam ser de bom-senso para quem faz projetos e candidaturas há tanto tempo, como é o caso da Segurança Social”, referindo-se à linguagem dos Avisos, que “é muito técnica e densa”.

Autointitulando-se “o chato de serviço”, o presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento



do PRR defende que “é preciso criar uma cultura de maior proximidade na Segurança Social”, porque “precisamos de cheirar o terreno”.

“A nossa missão fundamental é acompanhar no terreno, elaborar relatórios e fazer recomendações. Queremos é garantir a execução de todos os projetos a bem das populações e para criar coesão territorial e social”, sustentou, tendo adiantado ainda outra ideia facilitadora, com a Segurança Social, novamente, na mira: “Poupávamos muito dinheiro se houvesse outra cultura de comunicação”.

Das instituições, as queixas, os lamentos e os problemas relatados passaram muito pelos prazos, pela dificuldade em receber as verbas devidas, pelas questões da devolução do IVA e de os trabalhos complementares não serem ilegíveis para financiamento, pela falta de pessoal disponível para trabalhar nas IPSS, apesar das particularidades de cada uma das instituições que se pronunciaram.

Certo é que as duas sessões foram bastantes produtivas e esclarecedoras para muitos dos dirigentes e técnicos presentes.



“Estes são investimentos relevantes para o país e, por isso, é necessário executar em tempo e qualidade e garantir o financiamento atempado no futuro para que a resposta social possa funcionar”, argumentou o presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR, sublinhando que “90% das necessidades são comuns a todas as entidades”.

Sobre a devolução do IVA e as dúvidas sobre se é de 50% ou 100%, Pedro Dominginhos foi claro: “O IVA é uma questão técnica e deve ser resolvida pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal e a Autoridade Tributária (AT). A Segurança Social diz que é 50% do custo ilegível, mas o Decreto-lei diz que é 50% do custo total. E esta questão do custo ilegível e do custo final não é de somenos”.

Apresentando-se como um facilitador – “Levarei as vossas mensagens a quem de direito” –, o responsável pelo acompanhamento do PRR lembrou que “está detetada a falta de liquidez das instituições, pelo que o IVA devia ser restituído à cabeça e, então, depois a Segurança Social entendia-se com a AT”.

PRAZOS

Outra matéria que traz as IPSS em sobressalto são os prazos de execução das obras. Com prazo final para término de obras o dia 31 de agosto de 2026, ainda é uma incógnita como será resolvida a situação das obras que nessa data não estiverem terminadas. No entanto, há prazos intermédios para o final de determinadas obras que, pelos mais diversos constrangimentos, as instituições preveem não conseguir cumprir. E refira-se que muitos desses constrangimentos não são gerados pelas instituições, como o exponencial aumento de preços, concursos públicos desertos ou falta de liquidez para manter a obra em andamento, entre muitos outros.

“As instituições que acham que não conseguem cumprir o prazo definido, devem definir um novo prazo exequível e solicitar o alargamento do prazo”, afirmou Pedro Dominginhos, deixando um conselho às IPSS: “Não esperem pelo fim do prazo, porque depois ainda demora algum tempo a ser aprovado”.

Em concreto sobre o alargamento do prazo de março’26 para junho’26 “é uma situação fácil de resolver”, referiu, acrescentando: “A Segurança Social está sensível para estar com as instituições, sendo que é de todo o interesse do Estado que as IPSS criem as respostas”.

Para Pedro Dominginhos, “sem as entidades do Sector Social Solidário não se conseguia fazer o trabalho social que se faz no país”, que lembrou ainda o “grande empregador” que são as instituições sociais.

Quanto às questões do não financiamento dos trabalhos complementares e da demora dos pagamentos, Pedro Dominginhos referiu que “são matérias que estão sinalizadas”, concretizando: “Por exemplo, já levantei à Segurança Social a questão do apetrechamento de mobiliário, têxteis, etc., que não tem financiamento”.

“A fase de construção é a mais fácil, mas depois vão ser necessários, pelos menos, mil milhões de euros de custos de funcionamento”, alertou Pedro Dominginhos, lembrando que “todas as vagas do PRR têm cobertura por acordo de cooperação e este deve ser automático”.

“A Segurança Social deve antecipar essas necessidades, até porque a vossa ambição não é a



construção, mas a entrada em funcionamento da resposta”, defendeu.

Por outro lado, o responsável reconheceu as “dificuldade de recrutamento, em especial de enfermeiros”, apontando o dedo ao desfasamento salarial com o sector público, onde o salário foi recentemente aumentado, o que tem levado a um êxodo de enfermeiros das instituições, para além das dificuldades em recrutar.

Sobre a Mobilidade Verde, cuja principal queixa é o atraso nos pagamentos, Pedro Dominginhos reconheceu a situação, mas deixou um aviso às instituições: “Já houve mais de 10 instituições que tiveram que devolver o dinheiro adiantado pelo PRR, porque pagaram a viatura antes de a publicitar no portal base. Portanto, tenham isto em atenção!”.

UCCI

O segundo dia foi dedicado às unidades de cuidados continuados integrados (UCCI), tendo a UDIPSS Porto estendido o convite às Misericórdias do distrito, mas também a outras instituições de outros distritos.

Pedro Dominginhos começou por contextualizar a questão, lembrando que a ambição da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) é ter “721 camas até ao final do ano”, estando “um despacho a emitir para que possam ingressar na Rede e, assim, entrem em funcionamento”, porque, “neste momento, há pelo menos, 300 camas de UCCI prontas, mas vazias”.

Considerando a situação inexplicável, o responsável pela Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR alertou “as entidades que tenham camas disponíveis podem solicitar a comparticipação para a obra ou para o funcionamento”, pois “não é possível executar todos os projetos” e, por outro lado, “não vai haver mais nenhum Aviso”, sendo que “o último Aviso abria esta possibilidade”.

Perante o lamento de uma instituição que teve de esperar seis meses para receber a comparticipação devida, enquanto o processo burocrático da renovação do acordo de cooperação decorreu e que envolve a assinatura de três entidades (ISS, IPSS e Ministério da Saúde), algo que acontece a cada três anos, Pedro Dominginhos mostrou-se perplexo, reforçando uma ideia que já deixara antes: “A Segurança Social tem de antecipar”.

Por fim, Pedro Dominginhos recordou que, precisamente, a partir da data daquela sessão na UDIPSS Porto, dia 15 de julho de 2025, “aqueles sete documentos necessários, se os serviços do Estado já os tiverem, não podem ser novamente solicitados”.

Desburocratizar, é preciso!

O presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR em ambos os dias visitou, da parte da tarde, diversos equipamentos financiados pelo PRR construídos ou remodelados em IPSS do distrito do Porto.



CUIDADO COM O CALOR!

264 mortes em excesso na última semana de julho

Portugal continental registou 264 mortes em excesso no período de alerta de calor, iniciado há uma semana, mais 21,2% face ao previsto, sobretudo nos maiores de 75 anos e na região Norte, revelam hoje dados da DGS.

“Na sequência do alerta de período de tempo quente que teve início a 25 de julho de 2025, foi detetado um excesso de mortalidade, observando-se 264 óbitos em excesso em Portugal Continental”, refere a Direção-Geral da Saúde em comunicado.

Conforme estimativas do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA), estes números correspondem “a um excesso relativo” de mais 21,2% face ao esperado, entre 26 e 30 de julho de 2025, sobretudo no grupo etário com 75 ou mais anos de idade e na região Norte do país.

Segundo o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), está prevista uma subida acentuada das temperaturas em todo o território continental nos próximos dias, com valores que deverão atingir ou superar os 40°C em várias regiões de Portugal Continental.

A DGS alerta que “as temperaturas muito elevadas do ar, como as que se têm verificado nos últimos dias (máximas e mínimas), têm um impacto negativo conhecido na saúde, como

DR



consequência de desidratação ou de descompensação de doenças crónicas, entre outros fatores, especialmente entre os mais idosos”.

Salienta que elevadas temperaturas do ar estão, geralmente, associadas a períodos de mortalidade mais elevada do que o esperado para a altura do ano (excesso de mortalidade).

O índice ÍCARO para Portugal Continental - calculado pelo INSA e que estima o impacto das temperaturas do ar na mortalidade - antecipa um efeito muito significativo da temperatura na mortalidade durante o período de tempo quente, em particular nas regiões Norte, Centro e

Alentejo.

Face à situação atual, a DGS, em articulação com a Direção Executiva do SNS (DE-SNS) e com as estruturas locais, tem coordenado a ativação dos planos de contingência, de acordo com as avaliações de risco efetuadas.

Em paralelo, a DGS refere que tem intensificado, nos últimos dias, a comunicação com a população através de diversos meios e plataformas, com o objetivo de esclarecer e sensibilizar para as recomendações a adotar em períodos de temperaturas extremas. “Não obstante todos os esforços de mitigação do impacto do calor na saúde, é esperado um período de excesso de mortalidade nos grupos etários mais velhos”, salienta.

A autoridade de saúde reforça a importância de que toda a população, e em especial os grupos mais vulneráveis - como pessoas com doenças crónicas, pessoas idosas, crianças, grávidas, indivíduos que exercem atividades profissionais ao ar livre, pessoas em situação de sem-abrigo ou em isolamento social - adote as recomendações da DGS, disponíveis no seu site.

A DGS refere que irá manter o acompanhamento da situação de forma permanente, atualizando a informação sempre que necessário.



Gestão Inteligente e humanizada de escalas de serviço



5 GRANDES PILARES ✓

- Parametrização de regras e condições
- Personalização
- Alertas e insights
- Validação da conformidade
- Comunicação




Conheça o projeto

HEALTHi TALKs

by F3M 

Espaço de partilha

Conversas informadas e construtivas sobre os principais desafios das instituições

Troca de experiências e discussão de boas práticas

▼

Melhoria contínua na prestação de cuidados












saiba mais em www.f3m.pt

PEDRO DOMINGUINHOS, PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DO PRR

Precisamos de acelerar para que no final do dia o PRR alcance os objetivos



O momento de execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) não é o melhor, pois regista-se, segundo o quarto relatório da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR, de junho, “um certo agravamento dos investimentos denominados de críticos, ou seja, aqueles que face aos prazos que temos e à concretização física desses mesmos investimentos têm uma dificuldade muito significativa em ser concretizados no tempo”.

Ainda assim, Pedro Dominginhos, presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR considera que é necessário executar o máximo possível a bem das populações.

“Precisamos de acelerar para que no final do dia o PRR na realidade alcance os seus objetivos e possa promover maior competitividade, maior coesão territorial e maior inclusão social”.

Em concreto sobre o PRR no Sector Social Solidário, Pedro Dominginhos reconhece que “os objetivos foram muito ambiciosos” e houve, por outro lado, “uma resposta muito significativa” por parte das instituições.

E, “excluindo a Mobilidade Verde, também verificamos um número muito significativo de investimentos críticos” no Sector Social Solidário, muito por culpa dos atrasos nos concursos públicos para as obras.

O responsável pelo acompanhamento da execução do PRR deixa ainda uma crítica à Segurança Social: “A preocupação central parece que não tem sido o serviço ao utente, mas a conclusão do investimento. E com a conclusão do investimento não resolvemos o problema”.

SOLIDARIEDADE - Que ponto da situação é possível fazer do Plano de Recuperação e Resiliência PRR, em geral?

A Comissão Nacional de Acompanhamento publicou em junho o 5º Relatório onde faz a análise de cerca de 120 investimentos e o que notamos é que, desde o último relatório, que publicámos em 2024, há um certo agravamento dos investimentos denominados de críticos, ou seja, aqueles que face aos prazos que temos e à concretização

física desses mesmos investimentos têm uma dificuldade muito significativa em ser concretizados no tempo. Estamos a falar de investimentos relacionados com a habitação... Esta análise é sempre feita confrontando a meta que foi negociada com Bruxelas! Não estamos a dizer que não se vão fazer casas, mas no caso da habitação estamos a falar de 26 mil casas. Face às obras ainda não iniciadas, e estamos a falar de 11 mil dessas 26 mil, depois estamos a falar de obras relacionadas com Cuidados Continuados, também com o Metropolitano de Lisboa e com a Linha Vermelha. Recorde-se que a Linha Violeta já tinha sido retirada do PRR na última reprogramação, aquela que foi aprovada em maio deste ano. O que notamos é que à medida que o tempo escasseia para a concretização dos investimentos do PRR, aquelas metas e marcos que obrigam à obra física tornam-se mais difíceis. Por outro lado, o que também verificamos, e Portugal tem sido exemplar no sentido de cumprir os pedidos de pagamento acordados com a Comissão Europeia, devemos estar a receber o

6º e já submetemos o 7º pedido, mas as metas e os marcos incluídos nesses pedidos de pagamento, na maioria dos casos, não implicam a concretização de obra física. Estamos a falar de assinatura de contratos, publicação de leis, aquilo que, em termos técnicos, é designado por indicadores de input e output, que não têm uma ligação direta à obra no terreno. Os 9º e 10º pedidos de pagamento são aqueles mais exigentes e que têm que ser cumpridos em 2026. São aqueles que, por um lado, representam 40% de todas as metas e marcos e onde estão concentradas as realizações físicas desses mesmos investimentos. Portanto, isto é algo que precisamos de acelerar para que no final do dia o PRR na realidade alcance os seus objetivos e possa promover maior competitividade, maior coesão territorial e maior inclusão social.

O maior constrangimento é, de facto, a execução dentro dos prazos negociados com Bruxelas?

Para haver concretização da obra, é necessário lançar concursos e a fase inicial em muitos projetos foi muito demorada. Demorámos muito tempo a concretizar os projetos, com os licenciamentos, na análise das candidaturas e, quer queiramos quer não, se já era curto o tempo de concretização do PRR, com estes atrasos que verificámos, o tempo útil para execução da obra diminuiu. Um exemplo muito concreto, para a concretização de uma obra de uma nova unidade de cuidados continuados, o tempo médio de construção é de 18 a 24 meses, isto significa que, se vamos começar agora obras, elas dificilmente estarão concluídas em junho de 2026. Houve uma espécie de arranque em câmara lenta de alguns projetos, de outros não, porque há excelentes exemplos de cumprimento de prazos, mas dado o ponto de vista global, houve lentidão nas fases iniciais que agora se estão a refletir em menos tempo útil para a concretização desses investimentos.

E qual o retrato do PRR no Sector Social Solidário?

Os objetivos, que foram definidos logo muito cedo, eram muito ambiciosos. Estamos a falar de mais de 40 mil lugares nas diferentes valências, desde as respostas sociais, passando pela Rede de Cuidados Continuados e Paliativos, e estou a excluir a habitação, sabendo que também tem impacto social, mas apenas referindo-me aos investimentos das Componentes 1 e 3, relacionados com as respostas sociais. Eram muito ambiciosos! Por outro lado, a resposta das entidades também foi muito significativa. Na maior parte dos Avisos, especialmente para respostas sociais, houve sempre muito mais candidaturas do que lugares colocados a concurso. Significa que há uma necessidade muito grande deste investimento e que as entidades, na maior parte dos casos IPSS, Cooperativas e Misericórdias, embora nos Cuidados Continuados o padrão não seja esse, porque há muitas empresas privadas, mas há essa vontade e o Sector deu resposta.

E qual é a situação no Sector?

Olhando ao relatório, e excluindo a Mobilidade Verde, também verificamos um número muito significativo de investimentos críticos. Em termos de obra física, temos cerca de metade das obras não se tinham iniciado, isto reportando a abril, porque agora a diferença ainda é significativa, mas é



melhor. E isto é particularmente preocupante porque o tempo útil para concretização desses investimentos é agosto de 2026, na pior das hipóteses, e isto levanta-nos dúvidas sobre a concretização da totalidade das metas.

E quais são as principais razões para esse cenário?

Diria que há quatro ou cinco razões... Uma tem que ver, em alguns casos, com algumas demoras nas aprovações dos projetos. Não é o caso dos Cuidados Continuados, porque o primeiro concurso foi kafkiano, desde o lançamento dos concursos aos atrasos nas respostas e à assinatura dos contratos, onde houve mesmo um caso muito sério. No caso das respostas sociais a demora não foi tão significativa. Ainda assim, demorou, até porque as candidaturas foram muito significativas, e perderam-se alguns meses com estas situações. Depois, há situações relacionadas com o ciclo normal dos investimentos. Para muitas destas respostas ainda não existiam projetos. Ou seja, teve de se ir à contratação pública, contratar os projetos, fazer a revisão dos projetos e, depois, lançar os concursos. E aqui, sobretudo no primeiro concurso, o efeito da guerra, leia-se, aumento dos preços verificou-se com maior estrondo. Então, algo que eram estimativas iniciais, vieram a verificar-se desfasadas para menos e, portanto, as entidades tiveram que lidar com orçamentos muito superiores.

Isso foi um problema para as instituições?

Tivemos diferentes situações. Houve entidades que arrancaram logo com a obra a expensas próprias, porque tinham capacidade financeira, tivemos entidades que não estavam a contar com financiamento bancário, pela expectativa do financiamento a 100%, mas que com o aumento dos custos tiveram que montar empréstimos bancários, e isso demora tempo, e tivemos entidades que, pura e simplesmente, não tinham recursos próprios, nem financiamento bancário para poderem avançar. O somatório destas situações acabou por atrasar o processo.

E os concursos para adjudicação das obras a

ficarem desertos?

Aquelas entidades que tinham capacidade financeira aumentaram logo o preço base para irem de encontro ao mercado, mas aquelas entidades que confiaram, se calhar, no Espírito Santo, foram ao mercado para ver se havia uma alma caridosa que respondesse por um preço base que as empresas não estavam interessadas, pois o seu interesse é outro. E sim, tivemos muitos concursos desertos e isso significou que as entidades tiveram de arranjar novas fontes de financiamento adicionais e lançar novos concursos e tudo isso significa atrasos. Por outro lado, também foi uma altura, agora menos, em que as cadeias de abastecimento estavam relativamente difíceis de responder em tempo útil e houve alguma falta de materiais. E devemos acrescentar um aspeto que é relevante, que é a escassez de mão de obra. Temos muitas obras a decorrer, mas o que vimos, nas recentes visitas que fizemos a diversas instituições no Porto, foi os empreiteiros a dizer que é difícil recrutar, que as pessoas não têm as qualificações necessárias... Isso cria um problema, porque estamos em obra, mas esta vai demorar mais do que o previsto. Temos muitos poucos casos em que nos dizem que as obras vão terminar dentro do prazo determinado. O desafio para a concretização das várias respostas sociais é particularmente exigente. A estas situações, devemos ainda somar atrasos nos pagamentos do IVA, que tem criado muitas dificuldades. Já conhecemos as dificuldades de tesouraria das instituições, o que levanta problemas para honrarem os compromissos com os empreiteiros. Quando atrasamos os pagamentos, a obra atrasa.

Recentemente, disse na Assembleia da República que ainda não se tinha perdido um cêntimo do PRR...

No sentido dos pedidos de pagamento...

... mas que era necessário reprogramar o PRR. Em que sentido, para lá de agosto de 2026?

Não, ou seja, o prazo é, neste momento, uma coisa inegociável. A Comissão Europeia apresentou o relatório 'Road to 2026', onde define, entre outras

coisas, que o prazo limite para execução dos investimentos é 31 de agosto de 2026 e o último prazo para submissão do último pedido de pagamento é 30 de setembro. Até essa data temos que cumprir. A reformulação não é nesse sentido. É certo que nos Cuidados Continuados e nas respostas sociais há a possibilidade de as entidades pedirem a prorrogação do prazo de dezembro de 2025 para junho de 2026 e também de março de 2026 para junho de 2026. Não sendo possível esticar o prazo, mas como esses investimentos não estão no prazo final é possível pedir a alteração. Agora, quando falo de reprogramação é para aqueles investimentos que, provavelmente, não vamos conseguir a totalidade das metas e das marcas. Um exemplo, a intenção é construir 26 mil casas, mas se vemos que só conseguimos 21 mil, vamos reduzir a ambição. Porém, quando reduzimos o objetivo, estamos a libertar verba. Então, podemos pegar num valor financeiro equivalente e passá-la para outros investimentos que estejam a correr bem ou para instrumentos financeiros, um deles gerido pelo Banco de Fomento, que permite o apoio de projetos empresariais, mas que não exige concretização física desses investimentos. Ou seja, a meta é a assinatura do contrato com a empresa para um investimento que pode ser concretizado depois de 2026. Isto não é uma situação portuguesa, aliás, Portugal está acima da média em termos de execução, é algo muito complexo em toda a Europa. Há países, por exemplo, a Roménia, que já reduziram a ambição financeira do seu PRR, porque já perceberam que não vão conseguir dentro do prazo. Outro exemplo dessa reprogramação são os investimentos que estão em empréstimos e podem passar para subvenções. As agendas mobilizadoras e as residências estudantis são dois dos casos. Temos dito que os investimentos colocados no PRR eram considerados relevantes, pelo que o nosso desafio maior é tentar executar tudo o que seja possível, mas temos um instrumento que nos permite não perder as subvenções. Estou convencido que, com todos os instrumentos disponibilizados pela Comissão Europeia, temos condições para cumprir todas as subvenções. Nos empréstimos temos algumas dúvidas... Temos é que ter um grau de exigência grande nas execuções, porque os investimentos são fundamentais para as populações.

A sensação é que há muito empecilhos burocráticos, até porque há respostas sociais prontas e que ainda não estão em funcionamento...

Sim, há. É algo que nos preocupa, mas, sobretudo, nos faz alguma confusão. Primeiro, a Segurança Social é uma entidade que, apesar dos diversos departamentos, sabe que aquelas respostas sociais estão a ser construídas, portanto, é de elementar bom-senso, de inteligência coletiva que, desde muito cedo, essas respostas sejam sinalizadas e, sendo acompanhadas, possam transitar entre as várias respostas. Porque uma resposta só entra efetivamente em funcionamento quando existe um acordo de colaboração e uma entidade que as pode gerir, porque esta, por sua iniciativa, não o pode fazer. Depois há a intervenção de outras entidades, como as autarquias ou a proteção civil... e aí foi uma surpresa, porque estas entidades só intervêm depois da obra totalmente concluída. Ou seja, não há um acompanhamento ao longo da execução, o que significava que saber-se-ia qual é a evolução da obra, ajudando com conselhos e, depois, a conclusão da obra era uma mera formalidade administrativa. Isto tem significado porque



implica entre dois a seis meses de espera! Nos Cuidados Continuados também está a acontecer, com cerca de 300 camas prontas e sem utentes. A preocupação central parece que não tem sido o serviço ao utente, mas a conclusão do investimento. E com a conclusão do investimento não resolvemos o problema.

Recentemente um presidente de uma IPSS, com investimentos avultados, dizia ao Solidariedade que o problema é que demorava quatro meses desde que os autos eram enviados, mais dois meses para irem ver a obra e outros dois meses para pagarem... Não é tempo a mais?

Não é o tempo desejável e é tempo a mais, sem dúvida. A Segurança Social tem uma metodologia que quer ver todos os autos. Já disse à Segurança Social e à senhora ministra que me parece que estamos a ser mais papista do que o Papa. Acho que esses autos poderiam ser feitos por amostragem, ou seja, auto sim, auto não vou fazer uma vistoria física. Com uma agravante, não paga um novo auto, enquanto o outro não estiver validado e pago e isto tem um efeito de bola de neve, que está a criar uma pressão financeira muito significativa sobre as instituições. Era interessante fazer um estudo para se saber quais os encargos financeiros decorrentes dos atrasos de pagamento, porque aí não há ressarcimento desses valores. Lembro que o senhor ministro disse que íamos ter pagamentos a 30 dias, mas não temos pagamentos a 30 dias. Isto é algo que, mantendo o rigor, precisa ter mecanismos que promovam uma maior rapidez nos pagamentos.

E como está a correr a Mobilidade Verde?

Do ponto de vista da entrega de viaturas está a correr, genericamente, bem. Só houve problemas no primeiro concurso, por falta de disponibilidade de entrega por parte das marcas. O início da produção da Stellantis em Portugal permitiu a entrega de muitas viaturas, aliás, um investimento PRR que acabou por beneficiar outros investimentos PRR. Agora, o que sentimos são dificuldades burocráticas no pagamento e na reposição do IVA e

não tenho dúvida que isto é muito importante para as entidades. Foi positivo o adiantamento de 70%, mas não é aceitável três, quatro anos para se pagar os 30% remanescentes. A Mobilidade Verde não nos oferece grande preocupação com a execução.

Está confiante ou esperançoso?

Estou confiante na vontade, capacidade e tenacidade das diferentes instituições que estão a executar os investimentos no terreno. Uma palavra de reconhecimento e, sobretudo, de gratidão para todas as instituições, muitas delas sem recursos próprios e com avais pessoais dos dirigentes, alguns roçam a inconsciência quando avançam, mas isso significa que a capacidade e a vontade de servir o próximo, é particularmente relevante. Estou expectante na capacidade de resposta mais rápida das entidades públicas. Se é verdade que há vontade política em agilizar os processos, depois no terreno a execução não acompanha a vontade política. É um apelo que fazemos todos os dias, por isso é que a questão da proximidade é particularmente relevante para identificarmos os problemas e tentar, juntamente com as entidades que têm essa responsabilidade, resolvê-los. Sou também realista e o tempo que resta é muito ambicioso para a concretização de todos os investimentos. Isto significa que temos de ter uma preocupação: cada instituição de per si, quando percebe que pode ter dificuldade em cumprir o investimento dentro do prazo, juntamente com o Centro Distrital da Segurança Social e o ISS, deve começar a perceber o que pode ocorrer pós investimento. Visitámos um investimento, e temos outros no caminho, que vai ser impossível concretizar e vamos ter investimentos que ficarão prontos em outubro, novembro de 2026, já fora do prazo do PRR, e temos que perceber o que pode ser feito. É possível passá-los para o PT 2030 ou outro programa? E isto deve começar-se a trabalhar com a tranquilidade e a transparência que estes processos carecem, para podermos encontrar soluções para estes casos e dar tranquilidade aos dirigentes das instituições.

PAULO PEDROSO

Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE

Contrarreforma laboral: a precariedade nunca existiu

Desde a mudança de paradigma ocorrida com a aprovação do Código de Trabalho em 2003, os governos têm privilegiado mudanças graduais na legislação laboral, muito frequentemente acordadas na concertação social. Mesmo assim, têm sido recorrentemente criticados pelas reformas introduzidas, em nome da defesa da estabilidade do estatuido.

Apesar de o PS ter governado depois de 2005 a maior parte do tempo e de o ter feito durante mais de uma legislatura em entendimento político com as outras forças da esquerda política, não rompeu com o (des)equilíbrio introduzido em 2003, de desvalorização da negociação coletiva e de estímulo à individualização das relações de trabalho. Mas introduziu correções muito significativas e relevantes em certos capítulos da legislação laboral, como o combate à precariedade, a proteção da parte fraca nas relações contratuais, a conciliação entre a vida individual, familiar e profissional, ou a promoção da igualdade de género.

O programa de governo antecipava uma legislatura diferente das anteriores em matéria laboral. Não é um programa que vise empatar, manter ou congelar. É proativo, pretende uma nova mudança de paradigma e coloca à cabeça a intenção de avançar mesmo sem a geração de consensos com representantes patronais e sindicais, rejeitando que estes sejam uma condicionante.

O anúncio mais relevante das intenções do governo em matéria laboral, era, no entanto, um silêncio. A palavra precariedade está totalmente ausente do programa. Esta ausência repercutiu-se no anteprojeto que foi presente aos cidadãos no mês de julho. Um dos fios condutores das propostas feitas é o de acolher sob a ideia de flexibilidade o enfraquecimento de vínculos recíprocos entre empregadores e trabalhadores, o de acentuar a subordinação dos trabalhadores, de melhor e mais apertadamente os controlar, de lhes retirar poder onde o têm.

A rutura é paradigmática. Caminha-se na direção de uma falsa simetria entre trabalhador e empregador, vistos como partes iguais, que podem igualmente renunciar a algumas prerrogativas e dever definir com maior liberdade a sua relação.

Coerentemente, a ideia-força do Programa de governo e agora das propostas apresentadas, é o reforço da flexibilidade. O princípio subjacente é uma velha ideia liberal de promoção de equilíbrio entre as partes contratuais e, para além disso, de equilíbrio entre proteção do trabalhador (vista como excessiva) e flexibilidade contratual (vista como insuficiente).

É neste contexto que surgem ideias como a do combate à presunção de laboralidade, como se esta fosse um atentado ao direito à liberdade de um trabalhador ser trabalhador independente. Ou a peregrina ideia de que um trabalhador

é um credor do seu patrão, quando este tem dívidas, a que pode renunciar livremente a qualquer momento, como se houvesse igualdade de poder económico entre um trabalhador que não recebeu um subsídio e o patrão que lhe paga o ordenado.

É ainda neste contexto que um primeiro contrato pode ser sempre a prazo desde que com um trabalhador de qualquer idade e com qualquer percurso profissional desde que nunca tenha tido um contrato sem termo.

O novo equilíbrio procurado vem legitimar os desequilíbrios pretendidos. Para isso, era necessário um bode expiatório, encontrado na ideia de que o modelo de regulação do trabalho, por ser protetor do trabalhador, gera segmentação no mercado de trabalho.

Esse alinhamento ideológico com a visão civilista do direito do trabalho é a mãe de quase todas as medidas de contrarreforma laboral, atacando especialmente a Agenda do Trabalho Digno, que foram apresentadas à discussão pública.

Para as defender o Governo está a recorrer a uma tática conhecida desde as análises do recuo do Estado Social com o governo Thatcher. Paul Pierson, explicou-nos que para legitimar recuos que apareceriam como inaceitáveis aos cidadãos uma das táticas era a “ofuscação”. No debate público estão já, lançados pelo Governo, dois dos seus recursos.

Um deles é a justificação das medidas com combate a “abusos” de direitos. Ou os grevistas que abusam do direito à greve ou as mães que abusam do direito a amamentar e outros casos que ainda aparecerão. Não importa que sejam casos ultraminoritários ou isolados. Servem para distrair do essencial que é a intenção de recuo. O recuo na proteção da parentalidade, o recuo na proteção do direito à formação, o recuo no direito à greve e os outros que com eles aparecem na contrarreforma laboral.

O outro é a introdução de pequenos “rebuçados” que tenham alguns ganhadores localizados, possam dividir os prejudicados, ou possam ser apresentados como tal. A possibilidade de comprar descanso não remunerado, apresentada como prolongamento do direito a férias é uma delas. Neste caso, com a perversidade acrescida de que o aumento dos dias de férias remuneradas é algo por que se tem conseguido por vezes na contratação coletiva. Haverá na proposta, outras



melhorias localizadas para certos grupos que serão usadas no debate para contrariar que este ocorra em torno daquilo que efetivamente é o sentido desta intervenção laboral do governo: o recuo nos direitos dos trabalhadores.

Aos liberais que acreditam que a solução para as relações de trabalho é o regresso ao paradigma da igualdade entre as partes não podemos deixar de recordar que essa foi a base do desastre do capitalismo liberal da segunda metade do século XIX, com as insanáveis contradições da “questão social”, o empobrecimento generalizado dos trabalhadores numa sociedade que gerava cada vez mais riqueza. Esse foi o quadro social que gerou as reações críticas de setores tão dispares quanto os movimentos socialistas de vários matizes e a doutrina social da igreja.

A crítica mais acutilante que me lembro de ver escrita ao paradigma de que a anteposta do governo se alimenta vem, aliás, de um padre dominicano francês da primeira metade do século XIX que conheceu bem a questão social, Henri Lacordaire, que a pronunciou em defesa do descanso semanal ao domingo, em favor das “vítimas da ganância pessoal e da ganância de um Patrão. É muitas vezes repetida, do domínio público, muitas vezes tem mal atribuída a sua autoria e reza assim: “entre os fortes e os fracos, entre os ricos e os pobres, entre o senhor e o servo é a liberdade que oprime e a lei que liberta”.

Quando a lei recua, prejudica a parte frágil da relação. É a estrada para a desproteção dos vulneráveis que a avenida liberal que o governo quer abrir. Veremos se é travado pelas instituições e pelo protesto popular ou se já somos, muitos de nós neoliberais no modo como entendemos o trabalho e esta ofensiva acabará bem-sucedida.



HENRIQUE RODRIGUES*Presidente do Centro Social de Ermesinde*

Os calores do verão

1 - O Verão é, nos dias de hoje, muito curto.

Quando eu era novo, chegado o S. João, que é quando mais ou menos começa oficialmente a estação, já tinha gozado cerca de 15 dias de férias grandes – as férias de Verão, que, para quem andava na escola ou no liceu, começavam logo a seguir ao 10 de Junho, Dia de Portugal, hoje também de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Seguia-se Julho, distribuído por estadias em casas de familiares, intercaladas por regressos à casa onde morávamos, em Ermesinde, deslocando-se a família nuclear, no mês de Agosto, para a praia, na Foz do Douro ou em Espinho.

Setembro era o mês do repouso, antes do início do novo ano escolar, já Outubro dentro, e era passado na aldeia: metade na aldeia materna, outra metade na paterna.

Eram, na verdade, férias grandes: na duração e na variedade.

Às férias grandes acrescentavam-se as férias pequenas: 15 dias pelo Natal, outros 15 na Páscoa – o que dava um total de 4 meses de férias por ano.

Claro que falo das minhas férias, de estudante na escola ou no liceu.

Nessa idade olhamos pouco à volta – e não dávamos conta de que muita gente não tinha férias nenhuma; nem emprego, nem salário.

Nem liberdade.

Gozar férias era um privilégio num país desigual, pobre e injusto.

Deve-se ao 25 de Abril a alteração profunda e generosa deste estado de coisas, com a progressão dos direitos sociais, inscritos na Constituição como direitos fundamentais – entre eles o direito dos trabalhadores a férias remuneradas e a um subsídio de férias.

E, com a restituição da liberdade, a mobilidade, que nos permite ir passar férias para onde quisermos, em Portugal ou em outras partes.

Nem sempre foi assim – e cabe-nos velar para que assim continue, num país aberto: aos nacionais e aos naturais de outros países.

2 - Hoje, quando corre bem, as férias de Verão reduzem-se à primeira quinzena de Agosto.

Não é só comigo que o tempo parece correr hoje mais depressa (que digo eu, corre mesmo ...)

Tem-me principalmente faltado o remate das Férias, no fim de Setembro, nas faldas do Montemuro, no hoje chamado Douro Verde.

O tempo não dá para tudo; o tempo não dá para nada!

Fica - e resta a nostalgia – a lembrança de quando o tempo corria devagar, e esse vagar permitia encerrar um ano e começar um novo com o apaziguamento do corpo e do espírito conferido pelos percursos desde as portas do Montemuro até Porto Antigo, no rio Douro,

entremeados por banhos no Bestança, Rio que rasga o concelho de Cinfães, do alto da Serra até às margens do Douro.

Ainda por lá andam pedaços da minha alma.

Mas as coisas, principalmente as boas, não duram muito tempo.

(Recordo dois versos de um soneto que publiquei vai para 50 anos, em que já então interrogava “Porque não usas senão coisas precárias, /iguais à tua vida;/e, por tão breves, tuas, por tão frágeis?”

O País não parece o mesmo, o sentido de urgência parece ter tomado conta dos hábitos, dos procedimentos, das rotinas, apressando-nos para tarefas muitas vezes inúteis e deixando pouco tempo para o passarmos connosco.

3 - Regresso ao Porto, numa interrupção breve das férias de Agosto, e não posso deixar de sentir o impacto visual dos retratos de candidatos autárquicos que discutem a vitória das eleições de Outubro próximo.

Não é por falta de opção que os portuenses hesitarão na escolha.

Há candidatos para todos os gostos.

Mas por vezes fica-se por perceber se quem se expõe à escolha dos cidadãos serão políticos ou estrelas de televisão.

Está bem que a gente identifique e conheça melhor aqueles em quem vai votar para a nossa representação política, seja a nível nacional, seja a nível local.

Mas a coincidência entre comentadores de televisão e candidatos a eleições com possibilidade de vitória é motivo de reflexão.

É que o comentariado permite-nos conhecer o que os comentadores pensam dos actos dos outros – dos que são objecto do comentário.

Mas não nos esclarecem do que pensam sobre o governo da nossa cidade – que é o que nos importa.

Não deixa de ser estranho que as Câmaras de Lisboa e do Porto tenham como candidatos fortes dois comentadores do mais antigo programa de comentário político, a Circulatura do Quadrado – em que já António Costa tinha feito o tirocinio.

Pedro Duarte é a mais recente aquisição da CNN para o painel de comentadores do programa – e é candidato à Câmara do Porto pela AD.

Alexandra Leitão é candidata pela Esquerda à Câmara de Lisboa – e integra o mesmo painel de comentadores.

Trata-se de dois bons candidatos, com provas dadas no âmbito dos Governos a que ambos pertenceram.

Mas fica a impressão de que a luta será desigual – entre quem tem visibilidade mais alargada através da televisão e quem apenas pode contar com a dimensão mais exígua do contacto porta-a-porta ou das sessões de esclarecimento.

Esta identidade entre candidatos e estrelas televisivas estende-se a outras lutas – desde logo, às presidenciais –, passadas e futuras.

Marcelo Rebelo de Sousa estava desde tempos imemoriais no comentariado político na televisão quando foi eleito Presidente da República; e um dos mais fortes candidatos às presidenciais de janeiro próximo, Luís Marques Mendes, segue-lhe o percurso e o procedimento.

Também presença frequente no comentariado na CNN, o ainda Presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, cogita a candidatura à Presidência da República, com a singularidade adicional de, se for eleito, termos mais um Presidente da República com convicções monárquicas – o que parece uma contradição nos termos.

4 - Nem sempre foi assim ...

A minha idade permite-me perceber o que foi o itinerário da representação política posterior ao 25 de Abril, de então até hoje – assente, então como agora, disso não há dúvidas, no voto livre dos cidadãos.

Nos anos imediatamente a seguir à Revolução, salvo raras excepções, a representação política era conferida maioritariamente a cidadãos que, durante a ditadura, se tinham assinalado pela intervenção política dissociada do regime político então vigente e por oposição a ele.

Em regra, tinham um passado – de que se honravam.

E era esse passado o critério de definição do voto de cada eleitor.

Já aqui, nestas crónicas, tive ocasião de recordar o privilégio que tive de assistir a várias sessões da Assembleia Constituinte, onde tinha assento o escol da resistência à ditadura.

Hoje, já quase ninguém resiste desses tempos primordiais.

O critério de escolha é outro.

O debate faz-se nas televisões e nas redes sociais, cada vez mais nestas do que naquelas.

A reconfiguração e fragmentação do quadro parlamentar decorrente das últimas legislativas é tributária dessa mudança de critério de escolha

Mas trata-se de mudança para pior.

Ninguém conhece a maioria dos deputados, nem o que fizeram em bem dos outros.

Como escreveu Bernardim Ribeiro, na “Menina e Moça”, “Não há bem que sempre dure, nem mal que nunca se acabe.”

CRISTINA CAETANO, COCOORDENADORA DA RNCCI

Cuidados continuados no domicílio para maior cobertura e sustentabilidade do sistema

Cristina Caetano é cocoordenadora da Comissão Nacional de Coordenação da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), em representação do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, cargo que desempenha a par de Abel Paiva, em representação do Ministério da Saúde (cuja entrevista será publicada na próxima edição).

Nesta entrevista ao SOLIDARIEDADE, Cristina Caetano dá conta do projeto-piloto que arrancou a 1 de julho no sentido de levar os cuidados continuados integrados aos domicílios, sejam eles casas particulares, ERPI ou Lares residenciais.

O envelhecimento da população é uma preocupação e a RNCCI está a abraçar novas abordagens no sentido de “forma a atingir uma maior cobertura populacional e a sustentabilidade do sistema”.

É conhecida a deficiente cobertura da rede e são conhecidas as longas listas de espera, pelo que a nova abordagem passa por levar os cuidados continuados integrados ao domicílio. Uma abordagem que tem nas IPSS um aliado essencial.

SOLIDARIEDADE - No sentido de levar os CCI aos domicílios, sejam particulares ou em IPSS, é criado o projeto-piloto a nível das Equipas de Cuidados Continuados Integrados (ECCI), em seis Unidades Locais de Saúde (ULS), durante um período de nove meses. Quais as expectativas da Comissão Coordenadora da RNCCI?

CRISTINA CAETANO - O exponencial envelhecimento da população tem sido motivo de preocupação em vários países europeus que, ao tomar medidas para fazer frente ao desafio do envelhecimento, perceberam que os cuidados no domicílio tinham de ser a aposta, de forma a atingir uma maior cobertura populacional e a sustentabilidade do sistema.

As pressões do sistema de saúde e social causadas pelo envelhecimento da população evidenciam que, no seu âmbito, a RNCCI também necessita de evoluir na sua organização para responder a esta necessidade, privilegiando os cuidados domiciliários, prestados através das Equipas de Cuidados Continuados Integrados (ECCI). Assim, a criação do projeto-piloto visa melhorar a integração dos cuidados continuados, através da promoção dos cuidados domiciliários adequados, acessíveis e personalizados. A eficácia dos cuidados no domicílio integra as dimensões da saúde e do apoio social, sendo condição necessária a articulação entre as ECCI e o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), em complementaridade, com base numa abordagem global das necessidades dos utentes e respetivos cuidadores informais. Apesar do Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho, na sua redação atual, estar



prevista esta articulação, o facto é que nunca foi implementada, sem prejuízo de algumas experiências positivas, mas sem abrangência nacional. A aposta na integração dos cuidados continuados domiciliários, que respondam às reais necessidades de quem usufrui, traduz-se em ganhos significativos para as pessoas e as suas famílias: Maior conforto e bem-estar, ao permitir que o utente permaneça no seu lar; Redução do risco de institucionalização precoce; Promoção da participação ativa dos utentes e cuidadores no processo de cuidados; Respostas mais céleres e mais adequadas às necessidades de cada situação; Aumento do nível de satisfação dos utentes e cuidadores; Diminuição do acesso ao serviço de urgências. Com este Projeto-piloto pretende-se testar formas de funcionar e articular, melhorar os cuidados prestados a este nível, a articulação institucional, a acessibilidade e os cuidados à população, e estender este nível de cuidados a nível nacional em 2026.

Já arrancou o processo de criação das ECCI?

Sim, o processo de criação das ECCI já arrancou no dia 1 de julho.

E como vai ser a sua implementação, faseada ou em simultâneo nas seis ULS?

A implementação do projeto-piloto está a ser faseada nas seis Unidades Locais de Saúde (ULS) selecionadas. Este processo permitirá uma avaliação contínua e ajustes conforme necessário, garantindo que as melhores práticas sejam adotadas em todas as ULS.

Já se conhecem as ULS selecionadas? E quais os critérios de seleção?

As ULS selecionadas foram: São João, Santo António, Matosinhos, Coimbra, Santa Maria e Algarve. Procurou-se selecionar as ULS com maior pressão populacional e com mais complexidades, de forma a serem ultrapassadas as dificuldades e aproveitando as soluções na disseminação do projeto-piloto a nível nacional. O Algarve apresenta uma realidade diferente das restantes, com território urbano e serra, o que também será importante testar. A adesão da ULS foi sempre através de convite.

Nove meses é um tempo suficiente para avaliar algo novo e, de certa forma, complexo?

O projeto-piloto estava previsto para iniciar em abril e terminar em dezembro de 2025, mas só iniciou a 1 de julho. Mantém-se a data final e mais próximo da mesma avaliar-se-á a necessidade de prolongar. Durante o acompanhamento deste período serão realizados ajustes e melhorias contínuas. Este tempo permitirá uma análise detalhada dos resultados e a identificação de áreas de melhoria. Esta resposta é de extrema importância para o país, pelo que desejamos que seja disseminada tão breve quanto possível.

O que muda com o novo Modelo de Referenciação e o tornará mais eficiente?

Existem algumas alterações, mas mantém-se a ‘porta’ de entrada na RNCCI, prevista no Decreto-Lei n.º 101/2006 de 6 de junho, que a criou, ou seja, as referenciações chegam a partir das unidades hospitalares ou dos cuidados

de saúde primários, em função do local onde o utente se encontra. O que altera com este diploma é que deixam de existir as equipas de gestão de altas, passando as Equipas de Coordenação Local (ECL) a acumular essas funções; para verificação dos critérios de referenciação, a ECL utiliza o sistema experimental de referenciação, que integra um algoritmo de ajuda na tomada de decisões da ECL para a tipologia adequada. Este sistema está a ser testado para se constituir como modelo de referenciação, o que implicará alterações na plataforma informática que está em uso na RNCCI; promove a articulação entre as ECCI e os serviços hospitalares; os residentes em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), Residência de Autonomização e Inclusão (RAI) e Lares Residenciais (LR) são os utentes referenciáveis para as ECCI; as ECCI têm um horário alargado de funcionamento; o processo de referenciação pode ser solicitado à ECL pelos SAD ou pelas ERPI, LR e RAI, da área geográfica da ULS; sempre que o utente disponha de SAD, o gestor desta resposta é envolvido na definição do plano individual de cuidados e reavaliações subsequentes. O novo Modelo de Referenciação visa tornar o processo mais eficiente, reduzindo o tempo de espera e melhorando a coordenação entre as diferentes entidades envolvidas. A colaboração com as IPSS será essencial para o sucesso deste modelo.

Como será a articulação com as IPSS no terreno?

A articulação com as IPSS no terreno será fundamental para garantir que os cuidados são prestados de forma eficiente e eficaz. As IPSS têm um conhecimento profundo das necessidades locais e podem fornecer suporte diferenciado aos utentes e ECCI. A figura do 'gestor do SAD' como interlocutor desta articulação permitirá uma articulação de proximidade, com envolvimento do mesmo na definição do plano individual de cuidados e reavaliações subsequentes. Tratando-se de um projeto-piloto, existem ainda fatores que são necessários avaliar e a resposta será encontrada no exercício da prestação destes cuidados. Deixamos a nota que as instituições disponíveis para aderir ao Projeto têm de responder a um pequeno inquérito que receberam. A fim de se monitorizar a resposta, existe uma ficha de ligação, a ser preenchida pelo SAD, por cada utente avaliado e o tratamento destes dados irá permitir encontrar resultados para avaliação do projeto-piloto. No decorrer da prestação dos cuidados, a satisfação do utente/família será avaliada pelo Instituto da Segurança Social (ISS). Os meios usuais de comunicação, como telemóvel/telefone e email, serão igualmente privilegiados. O endereço ISS-ProjetoPiloto-RNCCI-SAD@seg-social.pt é o endereço de comunicação com a Segurança Social, no âmbito deste projeto. O desenvolvimento do trabalho articulado contínuo irá potenciar uma comunicação de proximidade e melhores resultados na prestação de cuidados domiciliários.

O que espera a RNCCI das instituições sociais?

A RNCCI espera que as instituições sociais colaborem ativamente na implementação do projeto, através da prestação de cuidados de



apoio social, sendo essencial para o sucesso do projeto. O importante é que o SAD, tal como a ECCI, responda às necessidades das pessoas, com flexibilidade e adequação à situação de cada um. A carteira de serviços dos SAD apresenta variações significativas por instituição, em termos de número de dias por semana, número de vezes por dia e tempo despendido em cada deslocação, bem como na diversidade de serviços oferecidos. O objetivo é identificar as razões que levam, ou não, os utentes/famílias a aderir ao SAD, tendo em conta as suas necessidades, e o que contratualizam quando aderem. Estes resultados são fundamentais para a evolução da resposta dos SAD, de forma a ser ajustada às necessidades de cada território.

Qual a importância de envolver as IPSS e as suas estruturas representativas?

As IPSS desempenham um papel fundamental na implementação do projeto-piloto da RNCCI para garantir cuidados efetivos no domicílio, por forma a garantir que as necessidades dos utentes são atendidas de forma adequada. As instituições do Sector Social dispõem já de uma rede de SAD a nível nacional de extremo valor, desempenhando um papel vital na prestação de cuidados e no apoio às famílias no domicílio, dispondo de uma grande experiência nesta área e de proximidade à população. Na área de implementação do projeto-piloto, existem 306 acordos de cooperação em SAD, com mais de 9.600 lugares, sendo que a capacidade dos equipamentos ascende aos 12.700 lugares. Importa notar que muitas das pessoas que já utilizam o SAD são também utilizadores da ECCI. Neste sentido, a evolução dos SAD impõe-se para ir ao encontro das necessidades individuais, com serviços diferenciados e acesso facilitado, em complementaridade com outros recursos da comunidade, sempre que se justifique, por forma a responder às situações de dependência no autocuidado e ao envelhecimento da população portuguesa.

A criação das ECCI implica um grande número de enfermeiros, a avaliar pela

quantidade crescente de idosos em casa ou institucionalizados a necessitar de cuidados continuados. Quando tanto se fala de falta de profissionais de saúde no SNS, há enfermeiros disponíveis suficientes, mesmo que apenas para o projeto-piloto? A mesma problemática, escassez de mão de obra, também se coloca na área social.

Para combater a escassez de mão de obra, é importante adotar uma abordagem multifacetada que inclua várias estratégias, que ajude a mitigar os desafios associados a esta condição. O diploma que cria o projeto-piloto estabelece incentivos remuneratórios para captar e fixar enfermeiros nesta área, que se acredita ser uma medida de extrema importância para reforçar estas equipas. A utilização de ferramentas digitais a introduzir poderão constituir um grande potencial no apoio dos cuidados à distância e igualmente colmatar falta de recursos. O projeto-piloto inclui o fornecimento de equipamento tecnológico para todas as ECCI. Está ainda previsto as ULS poderem contratualizar com entidades externas, quando se verificar falta de meios para desenvolver a implementação dos cuidados de saúde do plano de cuidados multiprofissional. Os SAD que já prestam cuidados de saúde poderão ser avaliados neste âmbito. Potenciar o crescimento da atribuição de Estatuto do Cuidador Informal é outra medida para garantir aos cuidadores informais o suporte necessário para prestar cuidados de qualidade.

A formação e a valorização remuneratória constituem-se como outro fator determinante para fixar profissionais na prestação de cuidados, na área social. Todas as medidas devem ser incorporadas na estratégia de cuidados de longa-duração ('long term care'), alinhando-se com as diretrizes nacionais estabelecidas para esta área. Este alinhamento é essencial para garantir uma abordagem coesa e eficaz na prestação de cuidados e na promoção da qualidade de vida e do bem-estar dos idosos.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO)



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO
INTEGRADA DE
SERVIÇOS



SERVIÇOS
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO
COLETIVA



RESTAURAÇÃO
PÚBLICA E
CATERING DE
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO
ALIMENTAR



SEGURANÇA
HUMANA E
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E
INCENTIVOS



TRABALHO
TEMPORÁRIO E
OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

MOVIMENTO CIDADÃO DIFERENTE

Famílias com filhos com deficiência preocupados com reforma da legislação laboral

O Movimento Cidadão Diferente (MCD) exigiu garantias do Governo de que as famílias com filhos com deficiência não serão afetadas pelas alterações propostas pelo Governo como limitar o direito dos pais a recusarem trabalho ao fim de semana.

Segundo o anteprojeto de lei do Governo para a reforma da legislação laboral entregue aos parceiros sociais, no artigo 56.º, sobre o horário flexível de trabalhador com responsabilidades familiares, lê-se no ponto 3 que o “horário flexível é elaborado pelo empregador mediante proposta do trabalhador”, acrescentando, na alínea d, que o horário deve “ajustar-se às formas especiais de organização de tempo de trabalho que decorram do período de funcionamento da empresa ou a natureza das funções do trabalhador, nomeadamente em caso de trabalho noturno ou prestado habitualmente aos fins de semana e feriados”.

Em comunicado, o movimento cívico sediado no Porto, afirma “acompanhar com preocupação a intenção do Governo de limitar o

direito dos pais a recusarem trabalho ao fim de semana”, pedindo à tutela que “reflita cuidadosamente sobre o impacto desta medida nas famílias com necessidades especiais” e que “promova o diálogo com associações, movimentos de cidadãos, técnicos e cuidadores, de forma a encontrar soluções equilibradas e inclusivas”.

Isto, acrescenta, a fim de que fique garantido que “nenhuma alteração legislativa comprometa os direitos fundamentais destas famílias, já por si sobrecarregadas e frequentemente esquecidas”.

Reafirmando “total disponibilidade para colaborar de forma construtiva com todas as entidades envolvidas, no sentido de contribuir para uma legislação laboral que respeite a diversidade, a dignidade e os direitos das famílias com filhos com deficiência”, o MCD afirma reconhecer “a complexidade da organização do trabalho em setores essenciais” bem como “compreender a necessidade de equilíbrio entre as necessidades dos empregadores e os direitos

dos trabalhadores”.

“No entanto, consideramos que qualquer alteração à lei laboral deve ter em conta realidades particularmente sensíveis, como é o caso das famílias com filhos com deficiência”, sublinha o movimento.

Em complemento aos alertas suscitados, o MCD frisa que “estas famílias enfrentam exigências específicas e contínuas que implicam, muitas vezes, a articulação com profissionais como fisioterapeutas, terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais, psicólogos, técnicos de intervenção precoce e educadores especializados, em horários que muitas vezes só são viáveis ao fim de semana”.

Segundo o movimento, o tempo disponível fora do horário laboral - nomeadamente aos fins de semana - é fundamental para garantir o acesso a cuidados, tratamentos e apoio familiar, sendo muitas vezes o único momento possível para o acompanhamento terapêutico, a reorganização da vida doméstica e o descanso dos cuidadores.

TSR Excelência e Experiência desde 1995

Soluções de Software Inovadoras para IPSS na Economia Social

29 anos de liderança tecnológica, oferecendo ferramentas avançadas para instituições de solidariedade.

Assistência técnica especializada

Mais de **900 parcerias** de sucesso

Mais de **40 soluções** personalizadas

Compromisso com a satisfação total e suporte dedicado

Descubra a diferença com uma demonstração gratuita

Transforme a sua gestão com a TSR

Acesso em qualquer lugar e informações interligadas

PI

Plataforma Integrada WEB

Utentes

Caixas e Pagamentos e Fornecedores

Bancos

Qualidade 3ª Idade

Rendas

Qualidade Infância e Juventude

Associados Irmãos

sistemas de informação

+351 253 408 326
+351 939 729 729
tsr@tsr.pt

saiba mais em tsr.pt



ALERTA DA ORDEM DOS ARQUITETOS NO DIA DOS AVÓS

Cidades têm de ser pensadas para a vivência dos seniores

O presidente da Ordem dos Arquitetos, Avelino Oliveira, defendeu que as cidades têm de ser “mais pensadas para a vivência dos seniores”, com modelos de habitação intergeracional que promovam a inclusão e combatam o isolamento.

A especulação imobiliária, a gentrificação e a fragmentação das famílias, com fenómenos de deslocalização para as periferias, são fatores que Avelino Oliveira aponta para que os melhores exemplos, “infelizmente, ainda estejam longe de ser prática comum”.

Numa mensagem publicada a propósito do Dia Mundial dos Avós, que se assinala a 26 de julho, Avelino Oliveira afirma que “as cidades precisam de ser mais pensadas” designadamente “na mobilidade, na habitação, nos acessos digitais e nos espaços públicos”, tendo em conta a população sénior, sendo “essencial defender modelos de habitação intergeracional que promovam a inclusão e combatam o isolamento.”

“A Ordem dos Arquitetos assinala que as

cidades - especialmente aquelas com centros históricos mais significativos - são hoje cidades de avós. Muitas das principais áreas urbanas apresentam uma população sénior, onde uma parte substancial dos residentes permanentes tem mais de 65 anos”, pôde ler-se na mensagem divulgada, assinada pelo presidente da Ordem.

“Este fenómeno, aliado à fragmentação das famílias nucleares, à deslocalização dos centros de trabalho para zonas periféricas, à gentrificação e à especulação imobiliária, contribui para afastar os mais jovens dos centros urbanos, acentuando o isolamento de muitos idosos”, acrescenta, como alerta.

Como contraponto, Avelino Oliveira cita “exemplos bem-sucedidos de cohousing intergeracional” na Europa, “onde mais velhos e mais jovens partilham espaços concebidos com serviços complementares como lavandarias, cantinas, salas comuns, entre outros, permitindo uma utilização mais eficiente de recursos e infraestruturas como cozinhas partilhadas e

energia renovável.”

“Em alguns casos”, prossegue, “estas habitações oferecem estadia a estudantes em troca de horas de apoio comunitário à população sénior, numa troca enriquecedora em que os idosos transmitem saberes - da história local às técnicas artesanais e valores culturais - enquanto os jovens contribuem com apoio digital, mobilidade e dinamismo.”

“Este tipo de convivência reduz preconceitos, gera respeito mútuo e transforma a forma como a sociedade encara o envelhecimento”, assegura o presidente da Ordem dos Arquitetos. “É, por isso, fundamental adotar modelos colaborativos de habitação intergeracional como soluções preferenciais, com vista ao combate à segregação urbana e à criação de bairros mais inclusivos, solidários e diversos.”

“A arquitetura é uma extraordinária ferramenta para possibilitar que os avós possam ter qualidade de vida e continuar a desfrutar de uma vivência urbana ativa”, conclui.

REFORMA DA LEGISLAÇÃO LABORAL

Área de cuidado a crianças e a pessoas doentes ou com deficiência com propostas de alterações

A proposta de reforma do Governo da legislação laboral inclui a inclusão da “área de cuidado a crianças e a pessoas doentes” ou com deficiência nos serviços mínimos e alargar a duração dos contratos de trabalho.

“Foi uma reunião muito frutífera”, afirmou a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, à saída da reunião de concertação social, onde apresentou o anteprojecto do Governo, tendo em vista à revisão da legislação laboral, que foi aprovado em Conselho de Ministros.

Rosário Palma Ramalho indicou que na proposta do executivo são “cobertos um conjunto significativo de matérias”, com o intuito de

“valorizar todas as formas de trabalho” e “não deixando de garantir os principais direitos dos trabalhadores”.

No que toca às alterações à lei da greve, e especificamente no que respeita aos serviços mínimos, a ministra frisou que a ideia é “ser um bocadinho mais exigente quanto à definição dos serviços mínimos, mas sem riscar o direito à greve”, e tornando-o “apenas combatível com outros direitos fundamentais”, nomeadamente o direito à saúde, ao trabalho ou “a circular”.

Questionada sobre se os serviços considerados imprescindíveis e essenciais mantêm-se, referiu que na proposta do Governo “há uma

nova área que “a área de cuidado a crianças e a pessoas doentes ou portadoras de deficiência”, incluindo as que estão em cuidados continuados e confirmou que nesta área cabem também, por exemplo, as creches e os lares.

Já sobre as alterações nos contratos de trabalho a termo, segundo a ministra, a ideia é a de que o prazo do primeiro contrato seja alargado de seis meses para um ano.

Já no que toca à duração máxima e já tendo em conta as renovações a proposta do Governo é que passe de “dois anos para quatro” nos contratos a termo e de quatro para cinco anos nos contratos a tempo incerto.

PSP INICIA CAMPANHA “A SOLIDARIEDADE NÃO TEM IDADE”

Operação anual para detetar na população idosa situações de fragilidade social e violência doméstica

A Polícia de Segurança Pública (PSP) iniciou em agosto uma operação anual preventiva e de sensibilização junto da população idosa, para identificar possíveis casos de vulnerabilidade e suspeitas de crimes de violência doméstica.

Em comunicado, a PSP explica que a operação “A solidariedade não tem idade” vai decorrer até 26 de setembro em todo o território nacional, com ações de sensibilização e contactos

individuais com a população considerada mais idosa, acima dos 65 anos.

O objetivo é “detetar casos de fragilidade social, de maior vulnerabilidade física e psíquica e de suspeita de crimes de violência doméstica ou outros contra a vida ou integridade física”.

Há ainda um carácter social de contacto com pessoas que vivem de forma mais isolada e potencialmente em situações de risco.

Esta operação da PSP acontece todos os anos desde 2012 e envolve maioritariamente agentes afetos às Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima.

A PSP recorda que “todos os cidadãos podem denunciar qualquer suspeita de crime, especialmente se direcionados contra pessoas idosas, através dos e-mail violenciadomestica@psp.pt e proximidade@psp.pt ou presencialmente nas Esquadras”.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Mundo dos ativos digitais não augura nada de bom

O mundo dos cripto-ativos ganhou um novo impulso com a eleição de Donald Trump

Não só os empresários do setor financiaram generosamente a campanha eleitoral de Donald Trump, como, o próprio, lançou uma criptomoeda, a Trumpcoin cuja última cotação rondava ultimamente os oito dólares o que dá ao projeto uma capitalização bolsista de 1,6 bilhões de dólares.

Quanto à bitcoin, o mais antigo dos cripto-ativos, está a cotar próximo dos 100.000 dólares o que equivale a quase dobrar de valor no último ano.

A proliferação bem como a febre especulativa em torno do mundo do cripto é para este vosso criado um mistério.

Na verdade, não se conhece nenhuma utilidade social aos cripto-ativos.

Pode-se dizer que, no limite, podem servir como dinheiro.

Em rigor, nem isso.

As bitcoins não são escaláveis, são um desastre ambiental pela energia absurda que consomem na sua criação e, por outro lado, das três funções do dinheiro (unidade de conta, meio de troca e reserva de valor) só a última fica razoavelmente preenchida e, ainda assim, à custa de um enorme risco e volatilidade. O indicador beta das bitcoins é de 2,6. Um beta igual a 1 significa que o ativo se comporta como o geral do mercado, sobre quando o mercado sobe e desce quando o mercado desce e sensivelmente na mesa proporção do mercado. Um beta de 2,6 significa que quando o mercado geral sobe a bitcoin sobe muito mais, mas, quando o mercado desce a bitcoin desce muito mais.

Há quem tente comparar com o ouro, os cripto-ativos seriam uma espécie de ouro digital.

A comparação com o ouro não faz sentido. A esmagadora maioria do ouro produzido no mundo é consumida no fabrico de joalharia e em outras aplicações industriais.

Na verdade, a bitcoin, que começou como um projeto libertário, ou seja, a criação de dinheiro digital, que circula numa comunidade de pares sem que o seu curso seja forçado pelo poder do Estado e, como tal, ao abrigo das maldades que por vezes os Estados fazem ao dinheiro comum - por exemplo, permitindo inflação em excesso e a

consequente a erosão do valor do dinheiro legal - é hoje um instrumento de eleição de criminosos, traficantes, promotores do terror e quejandos.

Talvez que a evolução mais significativa neste setor dos cripto-ativos seja a sua tendencial normalização, ou seja, a sua entrada no que poderíamos chamar o mundo da finança convencional, tudo isto debaixo do alto patrocínio da atual administração americana.

Entre as novidades consta que o JPMorgan, o maior banco do mundo, estará aberto a emprestar dinheiro contra cripto-ativos. As grandes gestoras de ativos, como a Black Rock - a maior de todas - estarão a criar produtos que permitam aos clientes criar exposição a ativos como bitcoins e outros ativos do mundo cripto.

Mas talvez que o maior desenvolvimento ocorrido até agora tenha sido a aprovação pelo congresso americano da genius act (que raio de nome para uma lei) de legislação que regula uma das facetas do mundo cripto, a saber, as chamadas stablecoins, que, numa tradução literal para português, daria qualquer coisa como moedas estáveis.

As stablecoins são dinheiro digital criado por empresas privadas e é suposto que a emissão do dinheiro digital é suportada por ativos altamente seguros e líquidos como títulos de tesouro, aplicações no mercado de liquidez ou operações de repo nas quais alguém vende um ativo como a obrigação de o recomprar mais à frente.

Curiosamente a genius act foi aprovada pela generalidade dos republicanos, mas também por muitos democratas o que diz bem do poder de lobby do mundo cripto.

Basicamente o que lei diz é que as stablecoins podem ser usadas para pagamentos, são remíveis em dinheiro legal a uma taxa fixa, o montante total em circulação tem corresponder na proporção de 1:1 a ativos seguros na posse do emissor e, finalmente, fica claro que as stablecoins não são títulos negociáveis, depósitos bancários ou uma mercadoria.

De alguma forma a lei pretende estabelecer uma fronteira entre a parte mais respeitável dos cripto-ativos e os produtos mais especulativos como sejam, por exemplo, as bitcoins. Para esses está prometida legislação mais à frente.

Embora a legislação tenha o mérito aparente de tornar as stablecoins mais seguras, obrigando

nomeadamente à detenção de um conjunto de ativos líquidos e seguros por parte dos emissores, a verdade é que existem riscos consideráveis.

A dimensão atual das emissões de stablecoins não assusta - andará pelos 200 bilhões de dólares.

Contudo, com o novo estatuto legal e com o ambiente favorável aos cripto-ativos que é uma das imagens de marca da atual administração, não é impossível que o volume se multiplique por dez em relativamente pouco tempo.

Scott Bessent, o atual secretário do tesouro, vê nesse crescimento um fator claramente positivo - obrigará os emissores a comprar muitos títulos do tesouro americano o que, tudo o mais igual, fará subir os seus preços que é o mesmo que dizer baixar as taxas de juro.

Talvez! O problema é que, se a dimensão do mercado das moedas estáveis se tornar mesmo grande e ocorrer uma qualquer crise de confiança no setor, a corrida à conversão em dinheiro normal vai obrigar os emissores a fazer, em pouco tempo, vendas maciças de títulos do tesouro e outros ativos e o secretário do tesouro pode enfrentar exatamente o contrário do que desejava.

Também se coloca um tema de oportunidade. Sabemos, por experiência histórica, que os tempos de grande incerteza em matéria política e económica, como manifestamente são aqueles em que vivemos, não são o melhor momento para embarcar em grandes inovações financeiras.

Se o efeito das tarifas sobre as importações for mesmo inflacionário, como em princípio é, podemos um dia destes estar confrontados com a necessidade de subir as taxas de juro o que, em condições normais, vai implicar uma queda no valor dos ativos financeiros.

Como vimos em cima, em momentos desses, os cripto-ativos podem perder bem mais que os ativos comuns. Para a dimensão atual isso pode não ser um problema grave, com dimensões significativamente maiores, a coisa pode ser séria.

Em suma, os cripto-ativos não correspondem a nenhuma função social relevante, passaríamos muito bem sem eles, no entanto, se a sua dimensão explodir e, para isso não lhes falta apoio da atual administração, podem vir a ser, além de socialmente inúteis, a causa de uma crise financeira de dimensões que não conseguimos antever.

O genius act não foi uma ideia genial.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🧴

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



Mar de chamas

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Eugénio Fonseca, Henrique Rodrigues, José Figueiredo e Paulo Pedroso | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

ESTUDO DO ISCTE SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Pessoas com deficiência são discriminadas praticamente em todas as áreas

Quase 40% das pessoas com deficiência inquiridas num estudo sobre políticas de inclusão revelaram viver com rendimentos abaixo do salário mínimo, enquanto 20% depende exclusivamente da Prestação Social para a Inclusão (PSI), fixada em 324,55 euros.

Os dados são do primeiro relatório do Sistema de Indicadores de Políticas de Inclusão - SIPI, coordenado pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, construído, numa primeira fase, com base nas respostas de 721 pessoas com deficiência. As principais conclusões dão conta de que quase 63% dos inquiridos não têm emprego permanente, havendo uma taxa de desemprego entre pessoas com deficiência em Portugal que chega aos 12,8%, “mais do dobro da média nacional”.

“As incapacidades motoras e visuais são aquelas em que o valor apurado para o desemprego é ainda superior. Entre os desempregados à procura de emprego, 53,2% detêm habilitações literárias ao nível do ensino secundário, 41,8% têm deficiência motora e 13,2% deficiência visual”, lê-se no relatório, a que a Lusa teve acesso.

O estudo demonstra ainda que as pessoas com deficiência são discriminadas “praticamente em todas as áreas”, alertou o coordenador, que sublinhou o estigma que a sociedade ainda demonstra em relação a estas pessoas.

Em entrevista à agência Lusa, o coordenador apontou que os inquiridos “demonstram uma vulnerabilidade acrescida das pessoas com deficiência, independentemente dos esforços que têm vindo a ser feitos a nível político nos últimos anos”.

O investigador entende que essa vulnerabilidade está “muito relacionada também com o estigma que a sociedade ainda tem relativamente a estas pessoas”.

“O estudo demonstra uma transversal discriminação praticamente em todas as áreas. Desde a escola, onde muitas vezes os alunos com deficiência são discriminados pelos próprios colegas, (...) mas também por professores e por outros agentes educativos, mas depois também a nível do emprego”, salientou José Miguel Nogueira.

Na educação, o estudo revela que os tipos de discriminação mais frequentes são o gozo/chacota (68%), a agressão ou pressão psicológica (56%), ou exclusão de atividades regulares da turma e/ou visita de estudo (52%).

“Somente 38,1% dos alunos apresentou queixa, mas 75% destes considera que a situação não foi bem resolvida”, lê-se no estudo.

José Miguel Nogueira disse que as acessibilidades são um problema crónico e alertou para a discriminação no acesso ao emprego.

Mesmo quando as pessoas encontram um emprego remunerado, “também se confrontam com situações de discriminação e de preconceito”. “Esse preconceito muitas vezes tem a ver com aquilo que os colegas pensam, que os colegas dizem, as chefias, hipótese de progressão na carreira, cargos de chefia, etc., em que sentem de facto que existe discriminação”, exemplificou.

Segundo o responsável, a discriminação é também visível no acesso à cultura, desporto ou política e considerou “muito deprimente” que 10% dos inquiridos que revelaram fazer parte de um partido político se queixem da falta

D.R.

de condições para se fazerem ouvir dentro do próprio partido.

Para José Miguel Nogueira, a explicação reside nos “séculos de discriminação relativamente àquilo que é diferente” e que hoje é patente, não só em relação à deficiência, mas sobre outros grupos minoritários e que “são ostracizados em nome de uma determinada normalidade que a sociedade pretende construir ou que certos níveis da sociedade pretendem construir”.

Lembrou há “uma barreira muito grande entre aquilo que é a produção legislativa e aquilo que depois é a implementação e aquilo que as próprias pessoas fazem com essa implementação”, defendendo que “ainda existe uma discriminação grande” que é visível “nas manifestações das pessoas perante as pessoas com deficiência”.

Apesar de entender que o estudo pode ser uma chamada de atenção para o caminho que ainda falta percorrer, recusou a ideia de que não se tenha feito nada, apontando, por exemplo, que Portugal está “no topo das medidas de apoio ao emprego”.

“Eu gostava que estes dados, em primeiro lugar, servissem como um alerta, mas, em segundo lugar, que contribuíssem também para uma reflexão” e para que os decisores políticos pudessem “fazer melhores políticas públicas, políticas mais inclusivas”, defendeu José Miguel Nogueira.

Salientou ainda que “nunca houve nenhuma ditadura das minorias”, - e isso “é matéria de facto” - e que “as pessoas com deficiência são, ao longo da história, a minoria mais discriminada de todas as minorias”.

O SIPI é um projeto-piloto desenvolvido com a parceria do Instituto Nacional de Reabilitação e de mais 30 organismos públicos, 28 organizações não-governamentais com trabalho com pessoas com deficiência e 16 outras entidades setoriais da sociedade.



Lavandarias Profissionais IPSS

Parceiro Oficial Miele

milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt - www.milplus.pt